

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**DAIANE MASSON MOREIRA
MARIANA APARECIDA ZUCHI ORASMO**

**O DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DE CRIANÇAS QUE VIVEM EM FAMÍLIAS
VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

**FRANCA
2022**

**DAIANE MASSON MOREIRA
MARIANA APARECIDA ZUCHI ORASMO**

**O DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DE CRIANÇAS QUE VIVEM EM FAMÍLIAS
VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Piana

**FRANCA
2022**

Moreira, Daiane Masson; Orasmo, Mariana Aparecida Zuchi

O Desenvolvimento Escolar de Crianças que Vivem em
Famílias Vítimas de Violência Doméstica / Daiane Masson Moreira
e Mariana Aparecida ZuchiOrasmo. –Franca, 2022
60 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel – Serviço
Social) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de
Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Maria Cristina Piana

1. Violência Doméstica. 2. Drogas. 3. Desenvolvimento
Escolar. 4. Comportamento Infantil. 5. Serviço Social. I. Título.

**DAIANE MASSON MOREIRA
MARIANA APARECIDA ZUCHI ORASMO**

**O DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DE CRIANÇAS QUE VIVEM EM FAMÍLIAS
VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: _____
Nome: Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Piana
Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Examinadora 1: _____
Nome: Rosicler Lemos da Silva
Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Examinadora 2: _____
Nome: Livia Neves Masson
Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Franca, 23 de novembro de 2022.

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso a todas as crianças que não puderam desfrutar da infância, por estarem em situação de violência doméstica.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, pois foi Ele que nos fortaleceu nessa jornada. Compartilhamos da mesma fé e juntas acreditamos no propósito que nos foi destinado.

Gostaríamos de agradecer também à nossa família e amigos, que não mediram esforços para nos apoiar durante esses anos, além de ter tido paciência nesse período pandêmico, onde nossas esperanças estavam escassas. Somos gratas pelo suporte e o amor que nos deram em casa. Nos demonstram sentimentos da forma mais genuína e linda possível. Vocês foram e são especiais, em todas as etapas de nossas vidas.

Também dedicamos e agradecemos as pessoas que se foram durante essa caminhada, mas que se fazem presentes em nossos corações, nos fortalecendo mesmo de longe. Saudades.

A nossa orientadora Dra. Maria Cristina Piana que não desistiu do nosso trabalho e nos guiou a cada passo dessa dissertação, nos orientando a concluir um ótimo Trabalho de Conclusão de Curso.

Agradecemos aos demais professores pela dedicação, compreensão e conhecimento em todos esses anos, além de não desistirem de nos ensinar mesmo com todos os obstáculos do ensino remoto. Além de trazerem temáticas e criticidade, que são fatores essenciais para nossa atuação.

Estes agradecimentos também vão para nossas amigas de turma, Ana Luíza, Stéfani e Lígia, que estiveram conosco durante a Graduação, desde trabalhos acadêmicos até conversas de apoio e conselhos. Tornaram-se grandes amigas e fizeram desse período, às vezes, desgastante, mais leve.

Agradecemos também a equipe do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social do município de Orlândia e a equipe do CREAS - Centro Especializado de Assistência Social de Brodowski, pois nos acolheram e contribuíram com excelência para a nossa formação. Sem a intervenção destes profissionais, não teríamos um preparo maior para a prática que nos espera.

Um agradecimento especial por todos os espaços e encontros que a UNESP Franca nos proporcionou durante essa caminhada. Ao GEPPIA - Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Políticas Públicas para Infância e Adolescência, que trouxe vários estudos primordiais e que nos fizeram escolher o tema abordado neste trabalho.

Por fim, agradecemos a nós, por insistirmos neste estudo, mesmo com todos os obstáculos diários, sendo pertencentes da classe trabalhadora e residindo em outros municípios, precisando viajar todos os dias. Reconhecemos nossos esforços, em tempos tão difíceis para a humanidade.

Que venham novos desafios e outras jornadas!

*“Ninguém caminha sem
aprender a caminhar, sem
aprender a fazer o
caminho caminhando,
refazendo e retocando o
sonho pelo qual se pôs a
caminhar”.*

(Paulo Freire,1997)

MOREIRA, Daiane Masson; ORASMO, Mariana Aparecida Zuchi. **O DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DE CRIANÇAS QUE VIVEM EM FAMÍLIAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**. 2022. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2022.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo principal analisar as consequências da violência doméstica no desenvolvimento escolar das crianças. O foco deste trabalho foi abordar, de forma qualitativa, como os conflitos familiares podem influenciar diretamente no comportamento infantil, desencadeando problemas físicos e psicológicos nas crianças. É válido ressaltar que a violência doméstica é um fenômeno fundamentado nas questões políticas, econômicas, morais e sociais, sendo uma das expressões da questão social e caracterizado por um sistema capitalista no modelo neoliberal excludente e opressor. Além disso, o uso de drogas lícitas e ilícitas tem sido um fator comum entre as famílias brasileiras e que pode intensificar os conflitos familiares. Foi realizada a pesquisa de campo, com a participação de profissionais de uma escola localizada em um bairro periférico do município do interior de São Paulo, que relataram a realidade das escolas quanto ao atendimento às crianças vítimas de famílias violentas. Enfim, nas considerações finais, o estudo reflete a atuação do profissional em Serviço Social na educação, o trabalho efetivo da equipe profissional na rede de ensino, as políticas sociais de enfrentamento à violência doméstica e o Sistema de Garantia de Direitos que assume o compromisso do trabalho em rede visando a proteção à infância.

Palavras-chave: Violência doméstica. Desenvolvimento escolar. Família. Criança.

MOREIRA, Daiane Masson; ORASMO, Mariana Aparecida Zuchi. **O DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DE CRIANÇAS QUE VIVEM EM FAMÍLIAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**. 2022. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2022.

ABSTRACT

The main objective of this study is to analyze the consequences of domestic violence on the school development of children. The focus of this work was to approach, in a qualitative way, how family conflicts can directly influence children's behavior, triggering physical and psychological problems in children. It is worth mentioning that domestic violence is a phenomenon based on political, economic, moral and social issues, being one of the expressions of the social question and characterized by a capitalist system in the exclusionary and oppressive neoliberal model. In addition, the use of licit and illicit drugs has been a common factor among Brazilian families and that can intensify family conflicts. Field research was carried out, with the participation of professionals from a school located in a peripheral neighborhood in the interior of São Paulo, who reported the reality of schools regarding care for children who are victims of violent families. Finally, in the final considerations, the study reflects the performance of the professional in Social Work in education, the effective work of the professional team in the education network, the social policies to combat domestic violence and the Rights Guarantee System that assumes the commitment of the networking for child protection.

Keywords: Domestic violence. School development. Family. Child.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ECA	Estatuto da criança e do adolescente
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.
PNAS	Política Nacional de Assistência Social

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 A VIOLÊNCIA NO SISTEMA CAPITALISTA E DE POLÍTICAS NEOLIBERAIS.....	17
2.1 Conceito de capitalismo e neoliberalismo.....	23
2.2 A família e as suas configurações na sociedade atual.....	28
2.3 A violência no ambiente familiar.....	33
3 OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA.....	37
3.1 A violência doméstica como consequência do uso de drogas lícitas e ilícitas.....	40
3.2 O sofrimento da criança vítima de um ambiente familiar violento.....	42
4 O TRABALHO DA EQUIPE PROFISSIONAL NA REDE DE ENSINO.....	47
4.1 O percurso metodológico.....	49
4.2 Sistema de garantia de direitos e as políticas sociais no enfrentamento da violência doméstica.....	51
4.3 Pesquisa de campo, resultados e análises.....	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS.....	63
APÊNDICE A – Questionário.....	66
ANEXO A – Parecer consubstanciado do CEP.....	67

1 INTRODUÇÃO

Esse estudo possui como título “O desenvolvimento Escolar de Crianças que Vivem em Famílias Vítimas de Violência Doméstica” decorrentes do abuso de drogas lícitas e ilícitas. Teve como objetivo discutir as influências desse fenômeno para as crianças e as intervenções do(a) profissional em Serviço Social que atua no SUAS e na proteção social básica ou especial, os quais possuem propriedade para trabalhar com as famílias e suas vulnerabilidades. O problema de pesquisa em si seria analisar quais são as variáveis das famílias que colocam em risco o desenvolvimento integral e escolar das crianças, utilizando como referência os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA, que consideram as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos.

As autoras do trabalho decidiram pesquisar essa temática, através de experiências vivenciadas nos estágios (CRAS e CREAS). Entretanto, os grupos de pesquisa que a Universidade oferece e que as alunas participaram, também instigaram a escolher o tema. Além disso, a construção desse estudo tem como cenário o período pós-pandemia da COVID-19, onde observamos os índices de violência aumentar e as vítimas estarem mais próximas de seus agressores. As famílias que possuem a violência em seu contexto familiar, na maioria das vezes, possuem filhos que também são vítimas desse fenômeno, que acomete principalmente as mulheres negras.

A ideia de submissão das mulheres para com os homens foi construída historicamente e faz parte de várias camadas da esfera brasileira, expandindo uma imagem de relações familiares baseadas no poder e na hierarquia, na qual as mulheres são submissas aos maridos e as crianças aos pais. Essas relações de poder estão fixadas ao patriarcado, no qual, é simbolizado pelo acatamento das mulheres aos homens, seja socialmente e sexualmente.

O propósito desse estudo seria expandir os argumentos científicos já existentes e refletir, a partir da pesquisa de campo e os resultados esperados, o problema para a sociedade. O objetivo geral é refletir sobre os impactos e as consequências da violência física doméstica no desenvolvimento escolar das crianças. Essas reflexões são primordiais para demonstrar a essencialidade do SUAS no espaço educacional, pois os(as) profissionais em pedagogia não são

totalmente preparados para lidarem e articularem com os setores, nessa situação. Além disso, há uma necessidade em discutir o tema, as possíveis soluções, com a sociedade civil, informando contatos para denúncias e atitudes ideais a serem tomadas.

Diante disso, o trabalho apresentará discussões e índices sobre esse tipo de violência, reflexões sobre o uso de drogas, a inclusão do Serviço Social no espaço educacional e a utilização de serviços, como o PAIF. Tendo em vista, um processo reflexivo, crítico e relevante para a realidade social, o objetivo deste trabalho é realizar uma pesquisa qualitativa, onde busca descrever, compreender e analisar os fatos que serão apresentados. O estudo discutiria o impacto de variáveis nas famílias com desenvolvimento infantil, principalmente aquelas que colocam em risco o aprendizado escolar das crianças. O intuito do projeto seria dar ênfase nos seguintes aspectos: violência doméstica e abuso de drogas lícitas e ilícitas. Como essas questões influenciam no comportamento escolar dessas crianças que vivem em famílias não protetivas e como esse fato prejudicaria tanto no presente, quanto futuramente.

A violência doméstica ocasiona consequências profundas, sendo inúmeras vezes na própria família, na qual a criança tem seu primeiro contato com o grupo social, que diversas vezes é considerado como "divina", porém é necessário deixar de ser ingênuos e por fim no conto de fadas que nunca existiu.

Como bibliografia, seria utilizado artigos sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e sobre o papel do(a) profissional em Serviço Social no espaço educacional, como os da autora Rosa Maria Ferreiro Pinto. Além de livros, que abordem a violência doméstica e as consequências desse fenômeno para as crianças, assim como, a obra Violência doméstica contra criança e o adolescente, da Rosilda Baron Martins e Marisa Marques Ribeiro. Em conjunto, seria utilizado como material, artigos que abordem as repercussões psicológicas em vítimas de violência familiar, que explicam os sinais corporais que as crianças podem demonstrar, como forma de expressão que estão vivendo e presenciando violência.

As autoras Fabiane Klazura Rosas e Maria Inês Gonçalves Dias Cionek, trabalham o impacto da violência doméstica contra criança e adolescente na vida e na aprendizagem. Além disso, existem materiais que discutem o uso de drogas lícitas e ilícitas no ambiente familiar e como esse fato pode ocasionar problemas psicológicos e cognitivos nas vítimas. Portanto, seria primordial utilizar como base

bibliográfica categorias, como o SUAS, o PAIF e estratégias educacionais, como soluções para o problema apresentado.

Na seção um, será refletida a violência no contexto capitalista e neoliberal, modelos estes considerados opressores, autoritários, que afetam diretamente a classe trabalhadora e os direitos garantidos através de lutas e conquistas. Ademais, as relações de trabalho e a maneira como ocorre no capitalismo, que prioriza a mais-valia, a lucratividade e o conservadorismo, tornam-se cada vez mais competitivas e fascista, sendo fatos que interferem e intensificam a violência como expressão da questão social.

Além disso, será apresentado a trajetória da família, desde a tradicional para as diversas configurações hoje existentes, no decorrer da história, de acordo com as lutas e conquistas de movimentos sociais. Posteriormente, é debatido a violência no ambiente familiar e a situação da criança envolvida nesse espaço.

Já o capítulo dois, inicia-se trazendo a violência doméstica e todas as consequências no desenvolvimento integral e escolar da criança, colocando também como o uso de drogas lícitas e ilícitas, podem aumentar os índices de violência no ambiente familiar e o sofrimento da criança que vivencia toda a violência.

O capítulo 3, debate o sistema de garantia de direitos, as políticas sociais para o enfrentamento da violência doméstica, o trabalho da equipe profissional na rede de ensino e a inserção de Assistentes Sociais e Psicólogos (as) nas escolas. Inclusive, a pesquisa de campo deste estudo será realizada em uma escola localizada em um bairro vulnerável de um município do interior de São Paulo, onde seria aplicado um questionário que possui perguntas relacionadas a atuação da equipe perante esse fenômeno.

A abordagem é qualitativa, tendo percepções e análises através dos resultados que foram obtidos por meio do questionário realizado com profissionais que conviveram ou convivem com crianças nessas condições, no qual foi preparado um roteiro com perguntas, a fim de ser interpretado, analisado e relacionado com a fundamentação teórica.

Vale ressaltar que a função do(a) profissional em Serviço Social é introduzir programas visando a prevenção de conflitos e o fortalecimento de vínculos familiares, realizando trabalhos e grupos que abordem temáticas importantes para o convívio social. A escola é um dos principais equipamentos sociais da criança e a articulação entre esse espaço e a realidade social seria um dos objetivos principais

do(a) assistente social, além de preparar e conscientizar a criança sobre a realidade em que vive. No cenário atual em que estamos vivendo, com a inflação e a miséria em alta, se torna mais atenuante que situações como violência doméstica e abuso de drogas lícitas e ilícitas se propagam e permeiam ainda mais na vida das crianças.

2 A VIOLÊNCIA NO SISTEMA CAPITALISTA E DE POLÍTICAS NEOLIBERAIS

Em suma, o trabalho refletirá o desenvolvimento escolar de crianças que vivem em ambientes familiares violentos, as consequências físicas, psicológicas e estratégias de combate para a problemática do estudo. Entretanto, os argumentos serão mais aprofundados, no sentido de abordar a violência no contexto capitalista e neoliberal que a sociedade está imposta, para compreender o fenômeno além do que já está conceituado. Como também, a trajetória da família e suas configurações de acordo com a história, a vivência de uma criança em um ambiente familiar permeado de violência entre os responsáveis e o que esse fato ocasiona durante a infância, que é uma fase da vida essencial para o desenvolvimento e sobrevivência.

A violência representa todo ato que influencia de forma negativa à integridade física, psíquica e moral, sendo um fenômeno que se expressa ao longo da história e intrinsecamente ligada ao desenvolvimento humano. É também, uma ação utilizada para demonstrar poder e dominação sobre o outro. De acordo com a Organização Mundial da Saúde -OMS, a violência se caracteriza pelo uso intencional da força física ou poder, que ameaça a si próprio, o próximo ou até uma comunidade, causando danos psicológicos, sofrimento, privação e desenvolvimento precário. Para Ianni:

Sob vários aspectos, a violência é um evento heurístico de excepcional significação. Revela o visível e o invisível, o objetivo e o subjetivo, no que se refere ao social, econômico, político e cultural, compreendendo o individual e o coletivo, a biografia e a história. Desdobra-se pervasivamente pelos poros da sociedade e do indivíduo. É um evento heurístico de excepcional significação, porque modifica as suas formas e técnicas, razões e convicções de conformidade com as configurações e os movimentos da sociedade, em escala nacional e mundial (IANNI, 2004, p. 169).

Pode-se considerar, a análise da burguesia para exemplificar a questão colocada acima, pois esta conquistou poder após a crise do sistema feudal e a ascensão do modo de produção capitalista, que teve em seu processo o uso da violência direta. Segundo Marx:

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. (MARX, 2013, p. 787)

Esse processo é caracterizado pela luta de duas classes distintas: os explorados, aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de mínimos

recursos para sobrevivência e os exploradores, aqueles que detém os meios de produção. Alienação e Exploração são palavras-chaves para entender o capitalismo. Os trabalhadores são transformados em mercadoria com base na violência, que torna-se o elemento central das relações sociais capitalistas.

O capitalismo Netto (2017) é uma modalidade transitória e substituível de organização da produção e distribuição das riquezas sociais. Esse sistema não só assinalou o fim da escravidão, mas a reconfigurou. É nesse contexto que surge a venda da força de trabalho como meio de sobrevivência.

As relações de produção modelam a estrutura social e a repartição da sociedade em classes. A burguesia após a Revolução Burguesa, passa a possuir poder econômico e político, querendo garantir a acumulação de capital. A sociedade é marcada pela alienação econômica e social, onde há separação do produto do trabalho do ser humano, exploração, controle e competição com o semelhante, por conta do exército de reserva.

A violência também se expressa como alienação humana do capitalismo e para compreender esse fato, é necessário entender o processo de acumulação do capital e seu desenvolvimento. Por este motivo, é imprescindível não resgatar reflexões históricas e contraditórias da sociedade brasileira.

Considera-se que esse sistema desencadeou costumes, normas, regras e tradições específicas para o sustento do mesmo. Uma das características estruturais do capitalismo é a violência, como forma de dominação para obter-se mais poder e conseqüentemente ter meios para a exploração. Em relação às origens da violência, Lolis coloca que:

[...] ela surge nesse contexto identificada a diferentes causas, que vão desde a desigualdade social e as suas diferentes manifestações até o “sangue ruim”, ou seja, a violência apresenta um conjunto de causas vinculadas a fatores econômicos, políticos, sociais, históricos, culturais, ético-morais, psicológicos, biológicos, jurídicos e à mídia. Conjunto de causas aparece entrelaçado como uma rede, são transversais aos discursos e apresentam uma historicidade. Entretanto, os determinantes macroestruturais são predominantes. O Estado é apresentado como o principal agente da violência que se origina na desigualdade social (2004, p.11).

Fernandes (1995) considera o território brasileiro o modelo ideal para exemplificar a relação de dois eixos estruturantes: a escravidão e o desenvolvimento

do capital. É válido refletir que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão; enquanto isto acontecia, iniciava o capitalismo monopolista¹.

Os fatos apresentados ajudam a entender as relações sociais e as expressões que desencadeiam na humanidade, até os dias atuais. A violência estrutural se revela na vida dos seres humanos por meio das manifestações das desigualdades, da má distribuição de renda, do racismo, do patriarcado e de questões políticas.

Em um dos capítulos do livro “O Capital” de Karl Marx, o autor coloca a violência como fator contribuinte para a luta de classes no capitalismo. Para o sustento da hegemonia e garantir a dominação da burguesia, reprimem toda forma de articulação e revolução, para não dar abertura a outros modos de produção.

Segundo Marx (1948), uma das situações que influencia para que a classe trabalhadora não se enxergue como uma classe dominada submetida à força para o trabalho, é a dominação real, na qual garante que não percebam sua verdadeira condição na sociedade. Os (as) trabalhadores (as) produzem os diretos, mas ao mesmo tempo são excluídos deles.

Para Chauí (2009) a violência está ligada a duas dimensões: a conversão, como diferença de uma sociedade hierárquica e permeada por desigualdades, opressão e exploração. Já a outra dimensão, é a ação que não considera o ser humano como um sujeito, caracterizado pela quietude e apatia.

Portanto, considera-se que a violência está totalmente enraizada no cotidiano e naturalizada no âmbito econômico, social, nas desigualdades de gênero e raça, entre outras expressões da questão social. Esse fenômeno estrutural permeia na vida dos sujeitos de diversas formas, podendo ocasionar consequências nas relações comunitárias, do trabalho e familiares. Segundo dados do IBGE, no Brasil, atualmente, a violência é considerada um dos maiores problemas do país. Esse fato significa a falta de políticas públicas eficazes, tanto de segurança, quanto social.

Com a medida do tempo, os trabalhadores começam a se manifestar e reagir a essas questões. O cenário histórico dos anos de 1960 era de êxodo rural em busca de melhores condições de vida e a proliferação da pobreza. Nesse contexto, surgiu o Liberalismo, que implantou uma nova Lei dos Pobres, na qual deixou os

¹ Concentração de riquezas nas mãos de poucas empresas.

trabalhadores em total exploração. Em 1973, teve o Keynesianismo, que defendia a ideia da pobreza com base no desenvolvimento econômico e social.

Logo em seguida, surgiu o Neoliberalismo² Montañó (2012) que vincula a pobreza ao déficit de ofertas de mercados, ou seja, pessoas que não conseguem ser inseridas e precisam da ajuda do Estado, com Políticas Sociais seletivas (para os mais pobres). O Neoliberalismo está relacionado ao Neoconservadorismo, que com o retrocesso das políticas, se tornou consenso desde o governo de Margaret Thatcher.

O Neoliberalismo é um componente essencial do capitalismo contemporâneo e o agente da globalização, reproduzindo a lógica do capital e favorecendo a precarização das classes sociais mais vulneráveis. Esse modelo descarta o “social”, mesmo este sendo o preceito principal das relações democráticas.

As Políticas Sociais são compensatórias, ou seja, são estratégias do Estado Neoliberal que neste contexto são desmontadas. Este defende a privatização³, acredita na focalização e não na universalização dos direitos sociais, descentralização das políticas, olhando a pobreza como algo natural.

O modelo surge com o intuito de fortalecer o crescimento da economia, mas acaba não conseguindo, desencadeando um aumento no desemprego, violência e desigualdade social. Assim, Henriques (2001) evidencia que, há uma imensa desigualdade de oportunidades que penaliza a população negra, fazendo que a pobreza não esteja ‘democraticamente’ distribuída entre as raças; os brancos são mais ricos e desiguais em oportunidades e os negros são mais igualmente pobres.

O Neoliberalismo não enxerga o indivíduo como um ser em uma classe social e em formação, que se relaciona com outros seres em uma sociedade permeada de expressões violentas. Neste modelo, os humanos são pensados como investimento, sendo a família, a escola e o emprego, partes fundantes desta rentabilidade.

A característica principal deste modo de sistema é sustentar-se e alimentar-se pelas próprias crises mundiais. Não questiona a lógica capitalista, ou seja, oferece recursos para prosseguir-la e reforçá-la cotidianamente. Trata-se de uma política racional, que impõe a lógica do capital convertida nas normas de existência.

² Total liberdade de comércio para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país, no qual há uma mínima participação do Estado.

³ [...] processos de tornar “privado” propriedades e/ou serviços que antes possuíam caráter estatal ou público, geralmente por meio da venda de patrimônio público/estatal a agentes privados. SANTOS, Agnaldos. **Privatização, terceirização e parceria nos serviços públicos**: conceitos e tendências. São Paulo: Revista Pólis, 2009. p 1.

É nesse contexto de crise estrutural do capital, que a violência atinge todos os segmentos sociais, manifestando de diversas formas na sociedade capitalista. Santos e Nascimento (2021) há uma ligação entre os desmontes e retrocesso de políticas públicas com o aumento da violência. O Neoliberalismo desuniversaliza e assistencializa as ações e corta os gastos sociais, precarizando as relações de trabalho.

A violência estrutural⁴ é complexa, no sentido de quantificá-la, pois se propaga na maneira de agir e no comportamento de cada ser humano, sendo um fator principal para a sua naturalização. Além disso, uma entre as diversas peculiaridades do capitalismo é amenizar a violência estrutural e suas expressões na vida cotidiana, influenciando as relações sociais, contribuindo para apatia e a disseminação do ódio.

Barros, Henriques e Mendonça (2001) o Brasil é um dos países com a distribuição de renda mais desigual do mundo, mesmo sendo um exemplo de riqueza em recursos naturais. A violência estrutural não está ligada apenas na criminalidade e agressões físicas, mas também, a desigualdade social, a exclusão, negligências, a falta de investimento na educação, corrupção, no silêncio ensurdecedor das minorias, no preconceito, no racismo, entre outros.

Entre outras marcas da sociabilidade brasileira, grande parcela da população necessita do trabalho para sobreviver e as condições implicadas não garantem dignidade a todos os integrantes da família, influenciando diretamente nos direitos das crianças na convivência do núcleo familiar.

Outro ponto simbólico, é a ausência do Estado em relação a violência estrutural, pois desde a década de 1990 defende princípios neoliberais, que retrocedem os direitos e atrasam o progresso das políticas públicas. Outrossim, atua a favor dos interesses da elite e reproduz uma das expressões da violência estrutural, ocasionando a falta de investimento em políticas públicas e de recursos para atender a população mais vulnerável. Segundo Iamamoto:

⁴ A violência, seja ameaça ou fato, direta ou indireta, invisível ou visível, existe! Mostra-se, inclusive, tantas vezes para ocultar-se “no preconceito que segrega, na miséria que aparta, na polícia que prende, tortura e mata, na moradia que se afasta, nas portas que se fecham, nos olhares que se desviam. Está oculta na etiqueta de preço nas coisas feitas em mercadorias que proíbem o acesso ao valor de uso, no mercado de carne humana barata na orgia de valorização do valor, sangue que faz o corpo do capital manter-se vivo [...]”. BARROSO, Milena Fernandes. **Violência estrutural**: mediações entre “o matar e o morrer por conta”. Florianópolis: R. Katál, 2021. p 2.

É importante acentuar o papel que cumpre o Estado nesse modo de dominação. O Estado tem o papel-chave de sustentar a estrutura de classes e as relações de produção. O marxismo clássico já estabelecia as funções que pertencem ao domínio do Estado: criar as condições gerais da produção, que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos grupos dominantes; controlar as ameaças das classes dominadas ou frações das classes dominantes[...], garantindo a difusão de sua ideologia para o conjunto da sociedade (2010, p. 120).

Diante as afirmações, é válido ressaltar que os valores burgueses e conservadores contribuem para o acirramento da violência. Ademais, as particularidades desse fenômeno encontram-se completamente ligadas às especificidades das relações sociais brasileiras, onde o Estado favorece o retrocesso dos direitos conquistados.

A produção e expansão da riqueza no mundo do capital, desencadeia múltiplas formas de violência. Com o aumento da precarização, do desemprego e do retrocesso das políticas públicas, acarretou-se o avanço do conservadorismo e desencadeou uma grave violação de direitos da população.

Mirales (2021) a crise estrutural e global do capital, espalha-se na sociedade atual e tem como objetivo a flexibilidade em relação à acumulação, mas, todavia, atende constantemente os interesses da burguesia, onde o capital variável se torna cada vez menor que o capital constante. O contexto de crise do capital, rodeado pela precarização das relações de trabalho e os desmontes das políticas públicas, acarreta a violência estrutural.

Minayo (2009) refere-se à violência como uma das formas de manutenção da desigualdade social, cultural, de gênero, étnica e com o aumento do desemprego e da extrema pobreza. É direcionada pela lógica do capital, originando-se no modo de exploração capitalista e sendo vivenciada na vida cotidiana. A crise estrutural do capital vem se mostrando inapta a lidar com suas crises internas.

A violência estrutural tem como característica a delicadeza de estar presente em todas as expressões violentas da sociabilidade, de forma naturalizada. Diversos estudos contemporâneos analisam a violência como um fenômeno isolado e de responsabilidade apenas do sujeito, ampliando uma ideia equivocada de suas reais raízes.

No entanto, a violência estrutural atinge toda a população, mas aqueles que se encontram na margem da pobreza e fora do círculo do capital, são os mais atingidos e prejudicados. Um dos aspectos que exemplificam essa dinâmica é a

criminalização da pobreza, onde o pobre é visto como marginalizado, que não trabalha, perigoso, tendo seus direitos completamente violados.

No contexto de crise do capital, a classe trabalhadora tem suas relações de trabalho precarizadas e são submetidos a lógica capitalista. Para enfrentá-las é necessário romper com a cultura do silêncio, com os ideais privados e com a banalização e naturalização desse fenômeno na contemporaneidade.

Refletir sobre a superação da violência estrutural é compreender o fim das raízes que sustentam esse fenômeno. Portanto, engendra também na superação do modo de produção capitalista e no fim de uma sociedade permeada de opressão, exploração, preconceitos e dominação.

Considera-se que para enfrentar todo esse contexto de desmonte, a resistência precisa ser coletiva, é necessário ocupar os espaços políticos e lutar diariamente pelos direitos. É válido enfatizar a necessidade da criticidade para olhar a violência além do seu conceito objetivo, mas sim, estrutural.

2.1 Conceito de capitalismo e neoliberalismo

Minayo (2001) a violência estrutural é considerada como parte da questão social, que tem sua origem no modo de produção capitalista, desde a relação entre valor e trabalho, sendo a sombra do poder e da dominação. Os efeitos da desigualdade no capitalismo, são os que mais afetam a classe trabalhadora, entre eles: a miséria, a violência, desemprego, a fome e diversas outras questões, que precisam ser tratadas profundamente levando em consideração o sistema e suas consequências para a população brasileira, assim como foi mencionado no capítulo anterior.

Branco (2006) a expressão questão social, foi criada para nomear o pauperismo evidente que surgiu após a onda industrializante, iniciada na Inglaterra. A polarização entre os mais ricos e a população mais vulnerável tornava-se cada vez mais evidente, fato imediato que contribuía para a instauração do capitalismo e a generalização da pobreza.

As políticas sociais, principalmente no governo do PT⁵, limitaram-se à filantropia, assistencialismo e a administração da miséria, sendo tratadas como algo

⁵ Governo Partido dos Trabalhadores.

caro, que não alcança a população mais vulnerável. Assim sendo, percebe-se que a sociedade brasileira no século XX, foi marcada por uma grande separação da sociedade com o Estado, onde objetivam os interesses do capital e neoliberais.

A ideologia que sustenta o sistema neoliberal se apropriou de todos os fatos que contrapõe a intervenção do Estado. O processo de transferência da esfera pública para a privada, aconteceu após o enfraquecimento das lutas e dos movimentos sociais. O afastamento da intervenção estatal configura-se na finalidade de proteger os pobres, mesmo que sua base seja contraditória. É nesse sentido, que as políticas sociais criadas no governo neoliberal constituem a privatização no campo social, fato este que nos distancia da democracia e da igualdade.

Para as relações do capital e além disso, o Estado assume interesses de um sistema capitalista e periférico, onde tudo que é público, é considerado patrimônio pessoal, principalmente por aqueles que ocupam cargos dessa esfera. Por este motivo, ocorriam o enriquecimento e o usufruto do que é público para benefício próprio.

Esse fenômeno colocou o estado brasileiro em uma perspectiva de retrocessos sociais. Atualmente, no Governo de Jair Messias Bolsonaro, observa-se a intensificação do atraso em relação às políticas públicas eficazes para a classe trabalhadora, que tanto sofreu no período da COVID-19⁶, contribuindo para a confirmação de argumentos e valores burgueses. Com a avalanche ultraneoliberal, as classes mais vulneráveis estão cada vez mais desprovidas de direitos.

Entretanto, as estratégias criadas pelas políticas sociais para combater a pobreza, legitimam a desresponsabilização do Estado perante esta questão. Marx (2009), já analisava em seus estudos a lei geral do modo de produção capitalista, a intensificação da crise e a deterioração da condição social, por conta das contrarreformas e a fiscalização.

É perceptível que os governos ultraneoliberais defendem os princípios do agronegócio e da bancada ruralista, desfavorecendo o apoio institucional dos Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra e de diversos agricultores de porte familiar, tendo em vista, a redução do orçamento para o Ministério do Meio

⁶ “O COVID-19 é uma doença respiratória aguda ocasionada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-coV-2).” MACEDO JÚNIOR, Adriano Menino de. **Covid-19:** calamidade pública. [S. L.]: Centro Universitário Natalense, 2020. Disponível em: <http://www.cognitionis.inf.br/index.php/medicus/article/view/CBPC2674-6484.2020.001.0001/24>. Acesso em: 12 dez. 2022.

Ambiente. É válido destacar, que o Ministério da Cultura e as políticas destinadas às mulheres, também sofreram inúmeros cortes orçamentários desde o ano de 2019.

Em relação ao trabalho no Brasil, o empreendedorismo e as várias faces precárias de inserção no mercado de trabalho, que se baseiam em programas com poucos recursos e no “esforço pessoal”, resumem as relações trabalhistas para a maior parte da população. Uma das primeiras ações de Jair Bolsonaro, foi extinguir o Ministério do Trabalho, condição esta que facilita a não cumprir as leis trabalhistas impostas. Essa extinção já estava sendo visualizada desde o Governo de Temer.

Uma das consequências do capital e da avalanche ultraneoliberal, foi a Medida Provisória 881/2019, que não efetiva os direitos trabalhistas já existentes, favorece as empresas e deixa a classe trabalhadora desprovida de direitos e condições dignas para o cotidiano do trabalho. Além disso, essa medida também revisou as questões de saúde e segurança no ambiente trabalhista.

Outra proposta capitalista severa, foi a Reforma da Previdência, em 2019, que constitui aumentar o tempo de contribuição e da idade mínima para a aposentadoria. Este fato se resume nos trabalhadores cumprindo carga horária até uma idade que biologicamente, não possuem saúde física e mental para tal serviço, onde aceitam trabalhar em quaisquer condições e salários para a sobrevivência.

Castanha (2006) em 1834, o liberalismo realizou fortes críticas ao aumento populacional e a diminuição da força de trabalho. Nesse contexto, havia a ideia de pobres merecedores, aqueles que tinham condições de trabalhar e pobres não merecedores, que por alguma condição específica não conseguiam cumprir extensas horas de trabalho.

Já o neoliberalismo, o “novo liberalismo”, Fome (2009) a pobreza era vinculada ao déficit de ofertas de mercados, ou seja, pessoas que não conseguem se inserir no mercado de trabalho e precisam da ajuda do Estado. As políticas sociais eram apenas para os mais pobres.

O’neill (2021) o neoliberalismo é uma resposta objetiva, repressiva e violenta aos avanços da classe trabalhadora entre as décadas de 1960 e 1970. Seguindo o prefixo deste modelo, é nítido que oferece a ideia de um novo modelo, segundo o vocabulário comum. Mas, atualmente não traz nenhum elemento atual em relação ao liberalismo já existente no século XVIII, pois ainda expressa os ideais da burguesia, um conservadorismo político e ideológico, limitando-se a um reacionarismo econômico.

Os neoliberais não lutam contra o Estado e sua intervenção econômica, mas sim, contra quaisquer mecanismos que por via estatal influenciam no modo de exploração dos trabalhadores e no funcionamento da mais-valia.

O sistema capitalista surgiu no Ocidente, entre os séculos XV e XVI e possuía alguns componentes essenciais para sua existência, assim como: terras concentradas no poder da burguesia, disponibilidade de matéria-prima e mão-de-obra abundante. Marx (2009) contrapõe interlocutores que defendem o capitalismo como algo natural do trabalho, pois argumenta que o sistema surgiu através de valores imorais e ilegais por parte da burguesia.

Em relação ao senso comum, pode-se considerar o capitalismo todo processo econômico que envolve dinheiro e/ou uma maneira de dominação obtendo vantagem sobre o outro. É nítido que os pontos citados constituem o sistema mencionado acima, mas este significa um modelo socioeconômico racional, onde os elementos principais são o capital e a acumulação do mesmo.

Segundo Marx (2009), o capital não era o dinheiro em si, mas sim máquinas, terras, insumos, tudo aquilo que extraía lucro através do trabalho. Este sistema se caracteriza pela renovação de meios morais e alienação da classe trabalhadora para concretizar a persistente busca pelo lucro.

Para obter-se a acumulação primitiva de capital, houve o roubo dos bens da Igreja Católica, transferência ilegal dos domínios do Estado e roubo de propriedades comuns que não tinham donos e eram utilizadas para o bem comum. É nesse contexto, que a população camponesa foi expulsa de suas terras de forma severa, tendo suas residências totalmente destruídas, segundo Marx (2009).

Portanto, como a acumulação primitiva de capital constitui-se como uma das características mais importantes para atuação do sistema capitalista, pode considerá-la, em síntese, como a separação do produtor com o meio de produção. Como por exemplo, o camponês que foi separado de sua terra e o artesão de sua matéria-prima e instrumentos de trabalho.

É nessa condição, que surgem duas classes antagônicas no mercado de trabalho: possuidores dos meios de produção e trabalhadores livres que vendem sua força de trabalho para a sobrevivência. Em resumo, a classe trabalhadora saiu da ausência de liberdade que instituía o feudalismo, começou a viver um outro tipo de exploração.

Para Marx (2009) o trabalho é constituído pela produção e reprodução da sociedade, a qual é permeada pelo capitalista detentor dos meios de produção, com predominância nas trocas e no valor de uso, com a finalidade de garantir a produção de riqueza. Por outro lado, há os trabalhadores que vendem a força de trabalho para o empregador, que comanda e controla o modo de trabalhar.

Para os donos de produção, os trabalhadores deviam cumprir extensas horas de trabalho, sem descanso e condições dignas para obter uma qualidade de vida. Aqueles que vendiam sua força de trabalho eram alienados pela ideologia que os detentores de poder expandiam, para que os objetivos fossem cumpridos.

O trabalho perde a dimensão da liberdade, tornando-se um aparelho opressor e autoritário para os trabalhadores. A classe trabalhadora é apenas um instrumento para o acúmulo de riqueza e um objeto para o aumento e avanço crescente do modo de produção capitalista.

Para o capitalismo, era importante que os trabalhadores não tivessem acesso nenhum à terra, para não possuírem independência e continuarem vendendo a mão-de-obra. Com a queda da Igreja Católica, por conta da retirada do poder, a Rainha Elizabeth, no século XVI, reconheceu o aumento da pobreza e implementou os impostos para os pobres. Para Marx (1993, p. 161, apud PIMENTA, 2009, p. 6) “[...] quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem de consumir, quanto mais valores cria, tanto mais sem valor e mais indigno se torna [...]”.

Após a Revolução Gloriosa, o capitalismo acende e ocupa todo o poder, onde ocorre a legalização do roubo das terras para o Estado e o poder fica concentrado nas mãos da burguesia. Nessa época, as terras são expandidas para a exploração e aumenta a oferta de trabalhadores sem vínculo com a terra.

Os trabalhadores não se reconhecem como um dos fatores principais e essenciais para a riqueza estar concentrada nas mãos de uma minoria, por conta da alienação do trabalho fragmentado e desigual imposto pelo sistema capitalista.

A expulsão da classe trabalhadora dos campos, gera uma onda de miséria, pobreza e mendicância, que serão controladas com uma série de leis e punições severas, como castigos com brasas e escravidão. Com os corretivos punitivos, surge uma disciplina do trabalho, com algumas regras impostas à população, como a proibição da associação dos trabalhadores, que visam o controle da ordem social e o aumento do lucro. Entretanto:

Na entrada do século XXI, a conjuntura se configura invertida: a mundialização do capital (a “globalização”) degradando planetariamente a condição de vida e de trabalho das massas, gerando um desemprego sistemático e monumental, destruindo instituições de proteção social duramente conquistadas, universalizando a insegurança e produzindo uma assombrosa concentração de riqueza, propriedade e poder – nesta entrada de século pode parecer a algum leitor que os Manuscritos referem-se imediatamente à realidade empiricamente dada (NETTO, 2015, p. 101).

O ciclo de crise é um dos principais pilares para o funcionamento do sistema capitalista. O desenvolvimento desse sistema criou a ideia de humanidade e uma cultura mundial, possuindo desde o início, impactos civilizadores através de instrumentos bárbaros. Atualmente, as crises e as desigualdades se intensificaram com o governo de Jair Bolsonaro, que não defende a ciência, a educação pública, os direitos dos trabalhadores, tendo em vista, os mais ricos como os mais beneficiados nesse “desgoverno”.

2.2 A família e as suas configurações na sociedade atual

O capital utiliza de instituições já existentes e conta com apoio do Estado para o seu pleno desenvolvimento, que contribui para a ordem capitalista vigente, com o intuito de poderio para o seu próprio interesse. A Política Social é uma estratégia utilizada pelo Estado para a manutenção do capital e a contenção das revoltas da classe trabalhadora, com a finalidade de naturalizar e oferecer uma imagem de “apoio do Estado”. A família está imposta nessa sociedade e sofre diretamente os reflexos de um sistema que visualiza a lucratividade ao invés da humanidade, pois é um objeto de atuação estatal, além de centralizar as ações no núcleo familiar.

Esse subitem é baseado na reflexão sobre o conceito do termo família, as transformações sociais, as novas configurações e formações de laços através de arranjos familiares. Utilizou-se como referências artigos/textos de Eunice Fávero, que trabalha a família na contemporaneidade e a importância do debate na sociedade, assim como, foram abordados conteúdos de Marilena Chauí, que reflete a cultura, a democracia e a família nesse novo contexto.

O termo família para os romanos, expressa a designação de um novo organismo social, onde o homem tinha o poder sobre os filhos e as mulheres. Diante disso, surgem as primeiras divisões do trabalho, os matrimônios e as propriedades privadas. A ideia de família foi se modificando por meio das conquistas das mulheres e com a evolução, resultando em novas configurações familiares. As transformações

históricas são essenciais para compreender esta dinâmica e para o rompimento de preconceitos impostos pelo patriarcado socialmente enraizados.

A família CHAUÍ (2008) significa as diferentes formas dos seres humanos lidarem com a natureza para impor algo imposto pela mesma, sendo o primeiro contato da sociabilidade humana. É no núcleo familiar que aprendemos sobre valores, princípios, opiniões e ensinamentos diários.

Entre os séculos XV e XVII, a criança não era observada e a família era tratada como um grande negócio, não possuindo afinidade e vínculos. O contexto do Brasil nessa época, era a dominação do sistema feudal, colonização e escravidão de índios, negros, mulheres, as quais assumiam os cuidados e a educação das crianças, além de serem submetidas ao casamento com 12 anos de idade e a dominação sexual, pois o único e exclusivo objetivo, era o aumento da prole e consequentemente mais lucro.

No Brasil colônia, a família e a Igreja assumiram as responsabilidades da educação, saúde e assistência social. Neste período, a questão religiosa definiu a família, sendo formada pelo homem, mulher e sua prole, tendo a figura masculina como o centro do casamento, que era impartível até a década de 1970.

Durante a República, as políticas de família estavam no topo dos objetivos, pois assumiu uma ideia de nação, tornando-se fundamental para as relações de trabalho e a reprodução do modo de produção capitalista. Nesta época, investiram no modelo familiar burguês (pais, mães e filhos), baseado na doutrina higienista e no eugenismo.

A partir do século XVIII, a criança passa a ser o centro das famílias, iniciando uma reflexão sobre o reforço da intimidade e do sentimento entre os membros do núcleo. Já no século XIX, o contexto era marcado pela ideologia do amor, família nuclear recente, fim do trabalho escravo, ações sociais e classes dominadas. A mulher possuía a obrigação de ser mãe em tempo integral, sendo a maternidade a única função generalizada.

Engels (2014) no decorrer do tempo, o sentido da família se transforma em sincronia com as transformações sociais que acontecem desde o século XVIII, onde a sociedade se organiza sob os modelos de produção capitalista. Sendo assim, a família contemporânea surge no século XX, com as mudanças tecnológicas, políticas, do trabalho, da cultura e entre outras, caracterizando-se pelo

conhecimento de suas composições nas relações, tendo em vista o reconhecimento das uniões estáveis e de pessoas do mesmo sexo, além da legalização do divórcio.

De forma imediata, o termo família nuclear era entendido como a união de duas pessoas de sexos opostos que se unem e dão origem a uma prole, sendo baseada principalmente nos valores cristãos, onde as relações sexuais poderiam acontecer apenas no matrimônio. Além disso, a família era voltada para a figura paterna, que tinha o direito de controlar as mulheres e o casamento.

Portanto, a família é vista como um organismo social que se transforma constantemente e os membros se adaptam a atualização dos valores sociais e as transformações das relações. Diante disso, a família assume diversas configurações, sendo estas: nuclear, monoparental, homoafetiva, entre outras. Em relação ao matrimônio, a ideia de obrigação é anulada e este acontecimento é caracterizado pelo desejo de união independente da configuração.

Entre os séculos XX e XXI, há um declínio da família tradicional, ascensão profissional, métodos contraceptivos e novos arranjos familiares estavam sendo criados. Entretanto, a infância não existia, sendo consideradas e tratadas, na maioria das vezes, como adultos.

Em 1989, teve a Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças, que apesar de trazer consigo alguns avanços, a realidade brasileira não foi colocada em debate, possuindo bases ideológicas europeias e a exclusão de crianças ciganas, indígenas, em situação de rua e negras.

A sociedade atual é marcada por mudanças tecnológicas, sociais, religiosas e políticas, onde as famílias também são influenciadas pela contemporaneidade e suas transformações. A família e suas configurações, são caracterizadas pela desconstrução de valores arcaicos, machistas e ultrapassados, que colocavam as mulheres em um lugar de inferioridade e de violência, que apesar das mudanças, ainda acontecem fatos violentos baseados em ideias patriarcais.

Uma das mudanças consideráveis é o fato da mulher conquistar muitos direitos e não servir exclusivamente para procriação, apesar de atualmente lutar diariamente para ter mais liberdade e voz, esses avanços proporcionam valores mais democráticos em relação a família. Segundo Pescarolo (2001), algumas mudanças históricas se tornam visíveis em relação a família, sendo estas: parentesco, convivência entre os sujeitos, natureza do sistema em que a sociedade está imposta e processos institucionais.

As famílias não são apenas formas de conviver e ser, pois, na atualidade estabelecem relações com diferentes esferas da sociedade, como o Estado, o Trabalho e a Política. Além disso, para compreender o termo família contemporâneo é fundamental considerar as desigualdades de classe, gênero e etnia. Esse caráter contraditório persiste nos núcleos familiares, gerando algumas violações e violências.

Logo após a Constituição Federal de 1988, que postula o dever do Estado para com a proteção social, inicia-se uma tensão entre diferentes projetos para a sociedade brasileira, onde a família se torna referência central para a Política Social. Nesse período, as políticas públicas eram altamente voltadas para a família, mas ainda possuía um caráter tradicional, caracterizado pela naturalização das suas condições objetivas, assim como, a desigualdade social, de gênero, raça, entre outros.

A inclusão da família nesta política não aconteceu de forma similar e alinhada, pois havia um contexto contraditório entre a institucionalização baseada nos valores de bem-estar e a institucionalização. Embora, houve muitos avanços, como a Política Nacional de Assistência Social - PNAS e os movimentos sociais de mulheres, negros e quilombolas, assistiu-se também a incorporação oficial da família nesta política, a matricilidade familiar e a humanização.

A PNAS vai regular a segurança dentro das políticas de assistência social, que passa a ser afincada pelo Estado, no qual irá contribuir para a organização de um sistema único, ou seja, a pessoa pode estar no Norte ou no Sul do país, que a política vai ter uma única direção. Esses marcos regulatórios avançam muito no que diz respeito ao Estado reconhecer a política como uma política pública de direito, nos fazendo lembrar que anteriormente não era dessa maneira e as dificuldades que as pessoas enfrentavam eram gigantescas.

Algumas diretrizes da PNAS são reconhecidas como a “Espinha dorsal do SUAS”, entre elas a da Matricialidade Sociofamiliar que se refere a centralidade da família, como um núcleo social fundamental para concepção e implementação das ações, dos benefícios, dos programas e dos projetos da política de assistência social. Porém essa diretriz deve ser vista a partir do viés da coletivização dos atendimentos e das demandas e não apenas questões individuais.

Segundo a PNAS (2004, p. 42) define “família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou,

de solidariedade.” Essa definição amplia o modelo tradicional que nós tínhamos, que era o papai, a mamãe e o filhinho, no entanto a família vai além desses laços consanguíneos. Sabe-se que a atual família brasileira é resultante de uma pluralidade de arranjos que compreende muitos fatores, como os conflitos, as desigualdades vivenciadas, as tensões e as violências. Dentro da política ao eleger a Matricialidade Sociofamiliar como eixo central, faz com que o SUAS possa compreender a família a partir do contexto sociocultural com distinções e dinâmicas próprias, deixando de ser o modelo padrão determinado pela sociedade patriarcal.

No âmbito da Proteção Social, os processos familiares são compreendidos na própria esfera familiar. Essa ideia ocasionou diversos estudos para compreender as intervenções nas famílias. O pensamento conservador defende a concepção de que as desigualdades sociais são um processo natural e que a intervenção do Estado prejudica a liberdade dos mais fortes. A política de Assistência Social se constrói no decorrer da história e anteriormente a PNAS, a família era um conjunto de pessoas com laço sanguíneo que viviam juntos.

Após a ampliação do conceito de família tradicional, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS entende a família de acordo com suas demandas e o espaço em que vivem, desconstruindo o modelo patriarcal e de família tradicional. O sentido de família na teoria social crítica, é pertencente às contradições e as relações que caracterizam a questão social.

Com o decorrer do tempo, os direitos garantidos através da Constituição sofrem duros golpes, assumindo valores neoliberais. Com isso, a família passa a assumir os custos da política de bem-estar-social, possuindo como paradigma as privatizações e o individualismo. Este processo político tem como objetivo a redução de gastos públicos, avanço do bem-estar-social e o aprofundamento das desigualdades.

As transformações da sociedade trouxeram mudanças que concretizam as novas relações e configurações de famílias hoje existentes, sendo estas pautadas pelo respeito, comprometimento e outros sentimentos que se distanciam do modelo patriarcal imposto antigamente. As mudanças que caracterizam a contemporaneidade vêm da liberdade de escolha e expressão, da democracia, das lutas, conquistas de movimentos, igualdade e dignidade de todos os membros da família.

É válido ressaltar que na contemporaneidade a maternidade passou a ser uma escolha e não uma condição obrigatória para a mulher. Os debates acerca da liberdade e dos direitos, estão cada vez mais intensos, pelo fato de ainda existirem situações e pensamentos machistas, misóginos, racistas e patriarcais, além das violências que ocorrem de maneira forçada. Ademais, a liberdade sexual também é uma das grandes conquistas para as mulheres, que através de movimentos sociais e lutas, podem decidir sobre relações que desejam ter ou não.

Conclui-se que os aspectos contemporâneos e as novas configurações de família, deseja equiparar os direitos sociais e dar voz àquilo que nos séculos passados era marginalizado. A livre expressão é retomada e a sociedade é marcada por arranjos familiares de pessoas livres, que lutam diariamente pelos seus direitos.

2.3 A violência no ambiente familiar

A família é um ponto importante na estruturação e desenvolvimento dos indivíduos que nela vivem, que por estatutos legais, precisam obter a sobrevivência, a dignidade e o bem-estar através dos responsáveis, devendo ser um espaço de acolhimento e suporte para as crianças. Mas, esse cenário não acontece em todos os núcleos familiares.

A violência no ambiente familiar têm sido alvo de estudos de diversos pesquisadores, por acarretar diretamente na dignidade e no desenvolvimento integral e escolar de crianças. Entretanto, sabe-se que a violência mais comum são aquelas direcionadas às mulheres, que está relacionada a fatos culturais que envolvem patriarcado, misoginia, machismo e violência de gênero. Os prejuízos na infância são caracterizados por problemas no comportamento, déficits escolares, interação com colegas, entre outras situações.

Nas situações em que as crianças demonstram agressividade e comportamentos que diferem do normal, na maioria das vezes, estão sinalizando e expressando alguma vivência no ambiente familiar. Segundo o Ministério da Saúde (2010), a violência é permeada pela hierarquia e gerações violentas que resolvem os conflitos e se relacionam de maneira agressiva, sendo considerada um instrumento para educação.

Sagim cita Zavaschi et al:

As crianças que vivenciam a violência entre os responsáveis e adquirem comportamentos agressivos, têm 50% de chance de reproduzi-los na adolescência. A violência doméstica é uma forma de negligência e maus tratos a criança, que acaba sendo vítima direta de violência psicológica, desencadeando muitas vezes, depressão, baixa autoestima, isolamento, agressividade, entre outros comportamentos. (ZAVASCHI et al., 2002 apud SAGIM, 2008, p. 80)

A violência familiar contra a mulher pode ocorrer de 5 maneiras: Física, moral, patrimonial, psicológica e moral. Conclui-se que é importante refletir que a violência no ambiente familiar não pode recair exclusivamente para a família, levando em consideração também, fatores externos e sociais que influenciam na convivência e no cotidiano da população.

A violência no ambiente familiar prejudica a saúde, a liberdade e o bem-estar de todos os indivíduos da família, lembrando que é considerada um dos fenômenos mais graves para a saúde, para o desenvolvimento social e psicológico a curto e longo prazo. Segundo alguns autores, a maior parte dos índices de mortalidade são por causa das diversas violências que acontecem dentro do ambiente familiar.

A violência doméstica pode ser entendida como uma das expressões da questão social, afetando as pessoas mais vulneráveis socialmente. O Estado tende a se isentar da responsabilidade desse problema, cortando recursos destinados às políticas públicas e intensificando esse cenário violento.

O acirramento das desigualdades, a insegurança alimentar e as vulnerabilidades reforçam as possibilidades de um ambiente violento entre as famílias, intervindo diretamente na vida dos indivíduos, principalmente das crianças, que estão em fase de desenvolvimento.

Um ambiente permeado de violência, muitas vezes, acontece pela demonstração de poder e hierarquia entre adultos e crianças, baseada em machismo, patriarcado e individualismo. Este fenômeno acaba afastando relações coletivas, tornando-as narcisistas e egocêntricas.

As crianças são pessoas vulneráveis por ainda estarem em fase de desenvolvimento e aquelas que estão expostas a violência, pelo simples fato de presenciar agressões físicas e verbais, Maciel (2011) sofrem prejuízos na saúde mental e apresentam problemas sociais. Vale ressaltar que a violência intrafamiliar é considerada como uma forma de negligência e apontada como um abuso psicológico que prejudica a potencialidade da criança.

O conhecimento sobre essa realidade é de extrema importância para a prevenção de riscos e combate à violência que afeta o crescimento saudável de uma criança. A infância e a adolescência são etapas que necessitam de apoio e suporte e os cuidados oferecidos pelas famílias, são essenciais para a sobrevivência e o bem-estar das crianças, além de servirem como exemplos para reproduzirem os valores e concepções no decorrer da vida.

De acordo com a Psicologia social, que é uma área que estuda a interação e as manifestações comportamentais suscitadas pela interação de uma pessoa com outras pessoas, existem situações que modificam o comportamento e alguns processos psicológicos são envolvidos na relação. As atitudes podem ser modificadas por informações, afetos ou comportamentos.

Assim sendo, acontece com as crianças em convivência com o núcleo familiar, pois são indivíduos que se tornam membros sociais aprendendo normas básicas, leis e comportamentos, podendo ser positivos ou negativos por parte dos responsáveis, onde as crianças absorvem atitudes iniciais que presenciam e aprendem na infância. Não é possível caracterizar o comportamento humano por si só, deve-se levar em consideração o ambiente e as relações.

O ser humano é produto do processo de aprendizagem pelo qual passa, sendo necessário compreender os estímulos que determinam a emissão do comportamento e os reforços que os mantêm. Henklan e Carmo (2013) a aprendizagem é a base do desenvolvimento do comportamento, onde agem e operam sobre o mundo em função das consequências.

Moura (2015) as situações de agressões vivenciadas pelas crianças, causam traumas que perduram da infância até a vida adulta. Na maioria das vezes, o primeiro âmbito a ser prejudicado, é o desenvolvimento escolar, onde a criança passa a se culpabilizar pelos conflitos, a pensar em como resolvê-los para que as brigas acabem e não conseguem se concentrar no conteúdo escolar, por estar em risco e negligência no ambiente familiar.

As crianças que presenciam a violência doméstica, possuem problemas de relacionamento, sendo amigáveis com colegas ou afetivos futuramente, não conseguindo lidar com o trauma e reproduzindo comportamentos agressivos, por ser as relações que mais presenciam e absorvem dentro da residência, que na verdade, deveria ser um lugar seguro e confortável.

Souza (2008) geralmente, as crianças desencadeiam ansiedade pelo fato de “esperar” o próximo conflito na família, muitas vezes, não tendo a quem socorrer e procurar em momentos como esse, pois já estão sem o amparo de quem deveria oferecer a assistência adequada. É válido ressaltar, que a violência verbal e psicológica é predominante e afeta a saúde mental tanto como uma violência física.

Comumente, as crianças tendem a separar as brigas e discussões, envolvendo-se nos conflitos e conseqüentemente sofrendo também a violência, passando a entender que este ciclo é o resumo de sua vida, que todos os vínculos acabam rápido e são permeados pelo ódio. Como já mencionado, a criança passa a ter prejuízos escolares, por se concentrar na sobrevivência e no psicológico severamente afetado.

É importante salientar, que umas das elaborações infantis, é a criança sofrer passivamente algum tipo de violência e reproduzir ativamente a agressão em uma outra pessoa, tendo a chance de levar este ciclo para a vida adulta e em futuros relacionamentos no decorrer da vida.

Portanto, quaisquer estratégias que visualizam a intersectorialidade, intervenções, abordagens profissionais, estratégias educacionais e a garantia de direitos, são essenciais para promover a qualidade de vida de todas as crianças e adolescentes, prevenindo os riscos e articulando efetivamente para que os mesmos não sofram prejuízos em seu desenvolvimento integral.

3 OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA

Diante de um contexto histórico, onde há patriarcado⁷, machismo⁸, misoginia⁹ e desigualdade de gênero¹⁰, nos deparamos com a violência doméstica, no qual é considerada um dos mais graves problemas da sociedade brasileira. Saffioti (1999) esta violência é considerada como qualquer abuso físico, psicológico, sexual ou verbal vinda de um parceiro contra o outro. Na maioria das vezes, as violências são perpetradas por homens e as vítimas são as mulheres

Só na década de 1970, que esses atos começaram a ser denunciados, por conta das lutas dos movimentos feministas, onde passamos a enxergar e compreender a violência de gênero e a desigualdade entre homens e mulheres. A partir de 1990, a violência doméstica passou a ser vista como um problema social, pois se tornou uma das formas mais brutais de agressões contra as mulheres, ocasionando em mortes.

A violência doméstica possui altos índices, mesmo com vários direitos garantidos pelo ECA, pois o silêncio e a falta de acolhimento para com as mulheres ainda prevalecem. No entanto, cada vez mais aumentam os casos denunciados e isso só se tornou possível pelo aumento do movimento social. O medo do agressor é um dos principais motivos do silêncio.

Segundo Chioquetta (2014, p.4) esse tipo de violência deixa marcas, que “podem ser reprimidas e esquecidas ou podem tornar-se um fator decisivo na

⁷ “[...] formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres.” SENOTIER, Danièle *et al.* **Dicionário Crítico do Feminismo**. Rio de Janeiro: Fundação Editora da Unesp, 2009. p. 170.

⁸ “Entende-se o machismo a partir de uma noção que autêntica uma ideologia de superioridade do homem.” DUARTE, Débora da Silva; PAULINO, Pedrita Reis Vargas. **O Machismo e sua Influência nas Crenças Centrais Femininas**. Juiz de Fora: Cadernos de Psicologia, p. 2.

⁹ “Aspecto central da violência contra as mulheres e da violência homofóbica. Ela se manifesta em várias formas diferentes de piadas, pornografia e violência. [...] está relacionada à desvalorização do feminino e, em sua versão mais radical, ao ódio ou desprezo ao feminino.” PERURENA, Fátima C. V. *et al.* **Patriarcado, heteronormatividade e misoginia em debate: pontos e contrapontos para o combate à homofobia nas escolas**. [S. L.]: Latitude, 2013. p. 2.

¹⁰ “Fenômeno tanto social quanto cultural em que ocorre uma exclusão entre pessoas devido ao seu gênero, basicamente entre homens e mulheres, que além disso, não é um fenômeno inofensivo, já que seu impacto pode ser notado em diferentes planos, como trabalhista, social, familiar, etc.” RIBEIRO, Elem Cristina Holanda; SANTOS, Nizelda Pereira dos; RIBEIRO, Suelen de Holanda. **A Desigualdade de Gêneros nas Séries Iniciais**. Palmas: Revista Humanidades e Inovações, 2022. p. 3.

formação do caráter e da personalidade da vítima.” Esses impactos podem ocorrer de forma negativa, como: “quadro de dificuldades escolares, dificuldade de confiança em relação a outras pessoas, autoritarismo, e por fim, a delinquência.” A violência doméstica pode ser um problema hereditário, no qual poderá ser desenvolvida ao longo da vida de maneira não abusiva ou de maneira negativa, prejudicando a vítima e o meio ao qual está inserida.

Brito (2020) as mulheres vítimas de violência ficam com medo, raiva, demonstram emoções imediatas, assim como, baixa autoestima, afastamento social e vergonha, fato este que contribui para a invisibilidade e a falta de intervenção nesses casos. Em algumas situações, as consequências são mais profundas e ao longo prazo, nas quais afetam diversas áreas de funcionamento da vida, dificultando a comunicação, o convívio familiar, causando transtornos e depressão.

A violência doméstica ocasiona consequências profundas, sendo inúmeras vezes na própria família, na qual a criança tem o seu primeiro contato com o grupo social. Uma das consequências históricas de uma sociedade machista, misógina e racista, é a violência doméstica contra a mulher. Mas, esse fato não atinge só quem sofre as agressões em si, mas também quem vivência, assim como, na maioria das vezes, os filhos.

Durante a pandemia da COVID-19, os casos se intensificaram, devido o isolamento social e das atividades cotidianas serem realizadas remotamente e em casa, passando a ter mais contato com os agressores.

Pode-se dizer que as crianças reproduzem tudo que aprendem e observam dentro do ambiente familiar. Os traumas causados pela violência doméstica em crianças ou adolescentes afetam emocionalmente e mentalmente, influenciando no desenvolvimento integral e escolar.

Pelo fato da complexidade e das variedades, o combate a violência doméstica tem sido dificultado, pois o “responsável pelos atos” age com poder, autoridade e violência. Refletir sobre esse tema não é uma tarefa simples, mas seria uma tentativa de prevenção, para evitar que as crianças sejam vitimizadas pela violência doméstica.

A violência doméstica afeta diretamente a vida, tanto do indivíduo em si, quanto no envolvimento familiar. O seu desenvolvimento físico, mental e emocional está interligado com o ambiente familiar, que por sua vez, pode acarretar impactos na aprendizagem e em outros aspectos.

A escola é o primeiro espaço em que a criança atua publicamente, interage com outras crianças e manifesta suas emoções. Vale ressaltar, que elas refletem na escola o que vivem diariamente no ambiente familiar, podendo apresentar revoltas, agressões, baixo desempenho escolar, entre outros fatores, quando presenciam a violência doméstica. Para Ristum:

[...] a importância da escola no enfrentamento da violência doméstica e familiar fica ainda mais evidente quando se considera que crianças e adolescentes têm contato diário e prolongado com ela e com seus profissionais e quando se coloca que, em grande parte dos casos, ela se constitui na única fonte de proteção, especialmente para as crianças e adolescentes que têm familiares como agressores e não encontram, em outros membros da família, a confiança e o apoio necessário à revelação da violência (RISTUM, 2010, p. 238).

Muitas vezes o prejuízo causado pode ser identificado pelos profissionais da educação, pois a escola é um espaço onde as crianças passam boa parte do tempo, podendo até ser refúgio dependendo da situação hostil em que vivem. As crianças tendem a reproduzir os comportamentos que vivenciam, principalmente de pessoas próximas e que são referências para elas, assim como a figura paterna.

Não é fácil perceber os sinais de que a criança ou o adolescente estão sofrendo, pois muitas vezes o (a) agressor (a), os ameaçam e os fazem se sentirem culpados, silenciando-os, mas a linguagem corporal, os comportamentos e as ações expõem que algo não está certo, sendo perceptível aos profissionais competente, podendo causar danos irreparáveis se não ajudados. Eles precisam ser salvos.

A atenção e/ou suporte que o Estado oferece e até as Políticas Públicas, são insuficientes para superar os problemas sociais de tamanha gravidade. Os serviços que trabalham com esse público, precisam direcionar os trabalhos para as campanhas de prevenção, informações para os alunos, palestras e debates.

Nos séculos anteriores, de acordo com Cifali (2021), a infância e a juventude, não eram consideradas como fase importante para a formação das crianças e dos adolescentes, tornando significativo somente no século XVII, no qual eles têm como principal referência a família. Onde está é responsável por grande parte da inserção no âmbito social.

O ECA estabelece no art. 18 “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os salvos de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”. (BRASIL,1990)

É necessário enxergar a criança como sujeito de direito e prioridade absoluta, para compreender os impactos que a violência traz no desenvolvimento integral das crianças. O seu desenvolvimento físico, mental e emocional está interligado com o ambiente familiar, que por sua vez, pode acarretar impactos na aprendizagem e em outros aspectos.

O bebê quando nasce é incapaz de garantir as necessidades básicas fundamentais para a sua sobrevivência, dependendo absolutamente da família. Com o crescimento, a personalidade, hábitos, relações afetivas e demais características se desenvolvem, tendo como referência o núcleo familiar.

As crianças necessitam de cuidados e não podem ser tratados como seres independentes. A negligência acontece quando os responsáveis não oferecem a devida atenção, adultizam as crianças, há inversão de papéis, fragilização de vínculos e/ou violência.

A violência doméstica é um dos fatores principais deste estudo e também é um tipo de negligência contra as crianças, que afeta tanto a aprendizagem, quanto a saúde deles. A violência familiar não se restringe a um indivíduo específico, mas envolve todo o núcleo familiar.

Asbahr (2004) existem crianças que sentem dores abdominais específicas e repercussões psicoemocionais, assim como a ansiedade ou depressão. Outras possuem dificuldades de se relacionarem, são isoladas, agressivas, podem perder o apetite ou até o sono.

As consequências emocionais de quem vivencia a violência entre os pais, são mais graves de quando são vítimas diretas. Na maioria das vezes, as crianças se culpabilizam pelos conflitos dos responsáveis, o que causa um agravamento nas emoções.

3.1 A violência doméstica como consequência do uso de drogas lícitas e ilícitas

O ser humano tem como exemplo a família, pois é o primeiro grupo social em que participa, defendendo-a bravamente, mesmo que esta proporcione um ambiente prejudicial e que violem seus direitos. Situações como o uso de drogas, perda de emprego, divórcios e mortes de familiares, podem intensificar as práticas violentas entre os membros da família.

As drogas são substâncias produzidas na nossa sociedade e se caracterizam por causar alterações no funcionamento do corpo humano. Elas são classificadas conforme a legislação vigente no país, em lícitas e ilícitas. No qual a primeira é permitida por lei, porém algumas apresentam restrições quanto ao seu comércio, como é o caso de alguns medicamentos que necessitam de receitas e bebidas alcoólicas que não podem ser comercializadas para menores de 18 anos. A segunda é o oposto, sendo proibidas por lei e seu comércio é considerado crime, temos como exemplos a maconha, a cocaína, entre outros.

Martins e Szymanski (2004, p. 7.) cita Bronfenbrenner e Moris (1998, p. 5.) que desenvolveram o modelo bioecológico, no qual considera o contexto e o tempo histórico em que o indivíduo vive como peças fundamentais no desenvolvimento humano. O espaço em que o ser humano está inserido, sendo estes imediatos ou remotos, são levados em consideração como fatores influenciadores.

O uso de drogas está cada vez mais constante na sociedade brasileira, onde os indivíduos conhecem desde cedo os seus efeitos. Essa é uma questão global que atinge primeiramente as famílias e o relacionamento entre pais e filhos. Esse fenômeno tem como consequências: a evasão escolar, a propagação da violência e conflitos familiares.

A dinâmica familiar é totalmente afetada, pois usuários de drogas perdem a sensação prazerosa de conviver com a família, desejando ficar isolado ou com pessoas que também fazem uso. Essa questão social, influencia totalmente os filhos, que passam a conhecer as drogas ainda crianças e, na maioria das vezes, interrompendo os estudos quando adolescentes.

Assim, o “ECA estabelece que é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral”. (BRASIL,1990).

O álcool é uma das drogas lícitas que está mais relacionada com a perpetuação da violência, pois é de fácil acesso e muitos utilizam como forma de aliviar o estresse do dia a dia. Moraes, Ferreira e Biazin (2018) os filhos de pais usuários de drogas têm chances triplicadas de serem dependentes de álcool e drogas.

Asbahr (2004) a compreensão e verbalização de crianças com pais alcoolistas, também são prejudicadas e contrárias àquelas que vivem em famílias

protetivas. O desempenho escolar e neuropsicomotor ficam prejudicados devido ao vício dos genitores, pela falta de atenção, estímulo e incentivo dos responsáveis, em uma fase que necessita de cuidados integrais.

O uso de drogas na família, afasta as crianças dos responsáveis, desencadeando comportamentos impulsivos e violentos na escola e no convívio social. As formas como são resolvidos os conflitos familiares traz prejuízos no desempenho escolar na infância, quando são permeados por drogas e agressões.

Em relação às dificuldades escolares, os filhos de alcoólatras apresentam habilidades reduzidas de cognição, capacidade verbal e de expressão. Esses problemas estão vinculados a falta de estímulo na família e a vivência de um ambiente violento e negligente.

Sáude (2010) o álcool age como um desinibidor, no qual facilita a violência no ambiente familiar, se no caso os responsáveis fazem uso exageradamente. Já as drogas, como a cocaína e o crack, reduzem a capacidade de controle dos impulsos, tornando-se propícios para os conflitos.

Diante disso, a falta de incentivo e o conflito familiar influenciam negativamente o desempenho escolar das crianças, que traz como consequência futura a evasão escolar quando se tornam adolescentes/jovens. Os responsáveis, usuários de drogas, vão perdendo a habilidade e consciência de pai e mãe.

Além disso, Zilberman e Blume (2005), crianças com pais usuários de drogas lícitas ou ilícitas apresentam maiores índices de estresse, ansiedade e depressão. Muitas vezes, não conseguem controlar os sentimentos e emoções nos espaços em que vivem, ficando desesperados por alguma solução, optando muitas vezes pela “ajuda” errada.

Em situações mais graves, o uso de drogas é um dos principais fatores de negligência e de abuso sexual na infância, pois o uso dessas substâncias causa danos à saúde física e mental dos usuários e de quem convivem com eles. Com o uso dessas substâncias, é mais provável de acontecer um acidente doméstico, além de outros acontecimentos diários familiares ficarem conturbados, assim como a rotina, alimentação e deveres.

3.2 O sofrimento da criança vítima de um ambiente familiar violento.

A violência doméstica no contexto capitalista possui controvérsias, sendo complexo conceituá-la, pois envolve fatores pessoais, sociais, culturais e econômicos. Esse fenômeno se agrava quando tem como fatores na esfera familiar o uso de drogas, desemprego, más condições habitacionais e alcoolismo.

Toda convivência entre pessoas gera conflitos e discussões, tendo a violência intrafamiliar como exemplo de que não é um problema recente, no qual vem sendo trazido desde o início da humanidade. No entanto, assim como tudo na vida foi se desenvolvendo, esta violência abrangeu-se ainda mais na atualidade.

Historicamente, os mais atingidos pela violência intrafamiliar são aqueles considerados os membros mais frágeis: mulheres e crianças. No entanto, este fenômeno impacta a todo o corpo familiar, autores da violência e os que são atingidos direta e indiretamente por ela. (Aldrichi, 2006 apud RODRIGUES; CHALHUB, 2014. p. 5.).

A violência doméstica ainda apresenta altos índices na sociedade brasileira, desencadeando em diversos feminicídios diários no Brasil. No entanto, não é só as mulheres que sofrem nesse ambiente violento, mas também as crianças que vivem nos lares e podem reagir com agressões, medo e/ou raiva do agressor.

Essa realidade cotidiana não tem padrão ou preferências, afeta todos, principalmente as crianças que em geral tende a intervir, a fim de parar com aquela situação embaraçosa e penosa, que envolve pessoas que fazem parte da sua vida e que as têm como referência. O ambiente familiar violento vem sendo pauta de muitos estudos, se tornando cada vez mais debatido no âmbito público, sendo amparado pela participação legislativa.

As crianças estão diretamente ligadas ao lugar onde vivem, sendo emergidas em todas as situações que presenciam. A violência afeta severamente, de modo em que elas não sabem a quem recorrer ou onde se esconder, desejam desesperadamente o fim daquele cenário desagradável, porém cada criança se expressa de uma maneira, podendo ter reações de diversas formas.

Muito se fala sobre os frutos dessas situações, contudo como diz Rodrigues e Chalhup (2014. p. 7.) “[...] não é preciso esperar a vida adulta para que as consequências da vivência da violência intrafamiliar sejam percebidas.” As crianças tendem a apresentar sinais, como por exemplo quando uma criança bate em outra, às vezes é um pedido de ajuda, porque as crianças não se expressam de maneira direta como os adultos. Contudo há também as crianças que se fecham, que têm medo de serem abandonadas, confiando que por pior que seja aquele lar, ainda é

melhor do que qualquer outra opção. Vale fazer outra observação sobre as crianças que são muito bondosas, que são extremamente focadas em agradar a todos, se abdicando de si próprias.

Por este motivo, é essencial que os profissionais da educação ou da saúde estejam atentos aos sinais, pois serão a porta de entrada para essas pessoas, por possuírem um contato maior com as vítimas quando estão fora de casa, além dos assistentes sociais, que proporcionam o serviço de convivência e o fortalecimento de vínculo. A violência se torna ainda mais cruel quando atravessa várias esferas da vida das vítimas.

Nestes casos de violência doméstica, segundo Sagim (2008), a criança ao presenciar as brigas, sofre psicologicamente, pode demonstrar sinais de apatia, desânimo, sono e introspecção. Por outro lado, pode ficar mais agitada, inquieta, com ansiedade e manias novas. A criança nessas situações, pode mudar de comportamento repentinamente.

O sofrimento da criança que vive em um ambiente familiar violento, envolve desde problemas com imunidade até sintomas psíquicos. Podem ficar doentes com mais frequência e ter problemas na fala. Além disso, podem desenvolver distúrbios alimentares, por comerem exageradamente ou pouco demais.

A criança quando presencia a violência, tende a acreditar que o mundo é dessa maneira, que o amor acaba rápido e que os relacionamentos são baseados em ódio e conflitos, além de em alguns casos se sentirem culpadas por toda aquela situação. Dificuldades nos estudos são apresentados, pois elas acabam se dedicando a sobreviver e a repetição na sua vida adulta pode acontecer, inclusive em relacionamentos futuros, no entanto não é sinônimo de que irá se reproduzir.

A violência aumenta a probabilidade de adoecimento e agrava questões sociais de quem sofre diretamente e também de quem vivência. Além do mais, torna a família mais vulnerável para outros tipos de violência.

Ao mensurar a história dos direitos garantidos em relação às crianças e aos adolescentes, é improvável não referir a contexto de colonização brasileira. Nessa época, as crianças, principalmente negras, eram retiradas de seus lares para serem escravas de senhores ricos e brancos. Com a chegada do catolicismo, eram utilizados castigos para “educar” crianças que não tinham um bom comportamento.

Cometiam diversas violências contra as crianças e os adolescentes nesta época, pois a infância era considerada algo sombrio e rodeado de abandono, mortes, escravidão e agressão. Após esse contexto, a industrialização é instaurada e o núcleo familiar é abalado com as crises do capital que aconteciam no final do século XIX. As crianças eram tratadas em uma perspectiva marginalizada e, muitas vezes, colocadas em um espaço de exploração sexual e trabalho infantil.

É válido frisar que a criança, em décadas passadas, não era vista como um sujeito de direito e não possuía voz, pois a infância era desconsiderada. Foram utilizadas práticas de punições, castigos físicos e instituições para abrigá-los e consequentemente se isolarem da sociedade. O Código de Menores, em 1979, ainda se preocupava com as infrações e colocava a criança como “objeto de direito”.

Apenas com a Constituição Federal, de 1988, que a imagem da criança e do adolescente foi transferida para “sujeito de direito”. O ECA, em 1990, frisa o tema e os deveres de forma mais ampla. A Constituição, coloca que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, Art. 227).

É a partir deste documento, que a dignidade humana é tratada como prioridade do Estado, descartando qualquer tipo de preconceito ou discriminação. O Estado, a sociedade e a família passam a ser responsáveis pela integridade das crianças e dos adolescentes, assegurando os direitos fundamentais, assim como, a saúde, a educação, o lazer, a habitação, a cultura e a dignidade. O ECA e a Constituição Federal foram primordiais para o início de uma democracia e participação no sistema de garantia de direitos.

Apesar de todos os avanços em relação à figura da criança, a Legislação não garante sozinha a proteção e a integridade da mesma. Como comprovação disso, há as violências, negligências, situação de exploração, entre outras situações que afetam diretamente o desenvolvimento na infância.

É importante pensar que não é suficiente apenas existir os direitos e serem reconhecidos por medidas legais, a sociedade e profissionais que trabalham no âmbito dos direitos sociais, também precisam se conscientizar, acreditar e defender

todos os movimentos de proteção integral das crianças e dos adolescentes, reconhecendo-os como cidadãos de direito.

A criança necessita de um ambiente saudável para se desenvolver com qualidade, sendo uma das características influenciadoras para beneficiar ou prejudicar no desenvolvimento das potencialidades. É na infância, que os estímulos são absorvidos com mais facilidade, sendo a família, a principal responsável pelos aspectos de segurança e proteção.

Por estes motivos, é necessária uma atenção integral para que os prejuízos causados pelas violências não causem danos severos e de longo prazo. Aliás, é necessária uma atuação profissional, quando atender ou detectar sinais de risco à integridade da criança, oferecendo apoio emocional, técnico e uma rede de atendimento e de suporte nesta fase.

4 O TRABALHO DA EQUIPE PROFISSIONAL NA REDE DE ENSINO

A escola é um dos principais espaços sociais de compartilhamento, expressão, conhecimento e experiências. Por isso, é de suma importância o trabalho da equipe nesse ambiente, para que as crianças tenham um espaço de aprendizado acolhedor e de qualidade para se desenvolverem.

Para enfrentar todas as contradições, retrocessos e alienações que o sistema capitalista e o governo atual nos impõem, é necessário o trabalho de uma ampla equipe profissional na rede de ensino, como por exemplo, a inserção do Serviço Social e Psicologia neste espaço, que podem auxiliar na aprendizagem e acolhimento da família das crianças.

A educação pública sofre com a falta de investimento, credibilidade e apoio governamental. O atual presidente explicitou em suas falas, não acreditar e apoiar as pesquisas realizadas por aqueles inseridos na rede pública, referindo-se a “balbúrdia”. Por este motivo, uma equipe multidisciplinar com criticidade e conhecimento sobre os direitos das crianças e adolescentes na rede de ensino, é fundamental para a garantia de direitos durante o processo de aprendizagem.

Como já foi mencionado e explicado em capítulos anteriores, diversos fatores podem influenciar na absorção de conhecimento, assim como, a violência doméstica. A atuação da equipe para detectar os sinais e articular com a rede nesses casos, para que a criança não permaneça em um local de risco e negligência, é indispensável.

Antes, a violência era considerada como um fator externo ao cotidiano escolar, transformando e/ou alterando uma realidade na qual a equipe não está totalmente preparada para enfrentar, pois as crianças que estão inseridas nesse contexto, necessitam de um acolhimento e uma escuta qualificada, de maneira que não reproduza mais uma violência, sendo ela institucional.

Com isso, as escolas possuem o desafio de pensar o trabalho em sala de aula com o contexto social em que a criança está inserida. No entanto, os professores, diretores e coordenadores, não possuem formação e preparo para lidar com demandas sociais e psicológicas.

O trabalho social com as famílias é realizado de maneira ética e interdisciplinar, articulando os serviços da rede para atendimentos específicos e

efetivos diante das demandas apresentadas pelos núcleos familiares, baseando-se em um trabalho socioeducativo.

Desse modo, é válido ressaltar que o trabalho da equipe que compõe o sistema escolar, mais próximo da família e suas demandas, torna-se necessário para uma educação de qualidade. Além disso, a inserção de profissionais com qualificação específica para atender as demandas familiares que surgem no cotidiano escolar pode contribuir para o trabalho coletivo.

Atualmente, as escolas devem atentar-se ao contexto social em que as crianças se encontram, favorecendo a equidade e realizando um trabalho efetivo principalmente para aquelas que vivem em famílias com necessidades financeiras e de fragilização e/ou rompimento de vínculos.

O ECA, confirma nos seus princípios o dever do Estado de efetivar as políticas públicas que garantem o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, que precisa acontecer de maneira saudável, para que não haja prejuízos escolares. A atuação com as crianças deve ser realizada pela equipe toda de cada unidade escolar, contando diretor (a), coordenador (a), professores (as), inspetores (as) e funcionários (as) responsáveis pela limpeza do local.

Ademais, o reconhecimento da função a ser cumprida na unidade escolar e o conhecimento do público que trabalha, os direitos e os comportamentos que podem surgir, é imprescindível para o dia a dia no trabalho em equipe, que precisa agir em comum perante os objetivos diários.

Apesar de existir a Lei nº 13.935 que aprova a inserção de profissionais do Serviço Social e da Psicologia, ainda não foi implementado no município estudado, pois é preciso contratá-los, fato este que influencia nas contas públicas e impacta na efetivação da Lei. O (a) profissional em Serviço Social tem a função de avaliar a demanda do território que o sujeito está inserido e realizar um trabalho interdisciplinar, com o intuito de proporcionar programas, grupos e oficinas de prevenção a violência.

O Conselho Tutelar é o primeiro órgão a acionar quando os direitos das crianças e dos adolescentes estão sendo violados. O setor possui atribuições voltadas para a garantia de direitos e proteção integral dos mesmos. O Conselho Tutelar está previsto no art.131 da Lei nº 8.069, imposto pelo ECA como “órgão autônomo, não-jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente”.

Este órgão realiza todas as articulações possíveis quando há negligência contra a criança e o adolescente, possuindo como prioridade, a segurança e dignidade daqueles que tiveram seus direitos violados. O fato citado é mais um exemplo que comprova a importância da atuação da equipe profissional na rede de ensino, pois além de conhecer os direitos previstos pelo ECA, é necessário acionar os órgãos quando detectar algum sinal de risco.

É por estes motivos, que os profissionais inseridos nesta área não podem defender ideias e pensamentos retrógrados e conservadores, tendo em vista, a participação em capacitações legítimas sobre a temática que envolve as crianças e violência, pois é preciso de um preparo e um conhecimento para lidar com essas situações de uma maneira que não viole mais os direitos. É primordial combater a onda fascista que assola as políticas sociais e defender com propriedade todas as conquistas previstas em leis.

A violência impacta a saúde das crianças, pois produz sofrimento que afeta o psicológico e as emoções. Por este motivo, é significativo que os profissionais escutem o que a criança sente diante das situações, ofereçam um espaço de expressão e apoio se necessário, além de estabelecer um vínculo com a família e compreender o contexto social e familiar que cada criança está inserida.

4.1 O percurso metodológico

As crianças que vivem em locais violentos deixam evidentes os danos psicológicos e os reflexos escolares escassos. Devido ao crescimento dos índices de violência doméstica, principalmente após o período pandêmico, onde as crianças estavam expostas aos riscos diariamente, com aulas e ensino remoto, fez-se necessário ampliar os estudos em relação a essa temática, expandindo a atuação para a comunidade e a escola.

O objetivo deste estudo é buscar compreender todos os aspectos envolvidos no processo de aprendizado da criança que pertence a uma família não protetiva, analisando citações relevantes de diversos autores e tendo uma amostragem da situação através dos professores.

A abordagem é qualitativa, tendo percepções e análises através dos resultados, que foram obtidos por meio de entrevistas com os professores e com os profissionais que conviveram ou convivem com crianças nessas condições, no qual

foi preparado um roteiro com perguntas, a fim de ser interpretado, analisado e relacionado com a fundamentação teórica. As entrevistas serão realizadas na escola que compactua com o projeto e acredita na importância da qualidade de vida das crianças, sendo realizada no interior do estado de São Paulo.

É válido evidenciar que o tema deste estudo foi construído através de vivências no estágio supervisionado das estudantes autoras do Trabalho de Conclusão de Curso, onde percebiam os prejuízos escolares das crianças que tinham a violência como parte de seu cotidiano e o ciclo se reproduzindo. Por este motivo, decidimos aplicar o questionário em uma escola pública localizada em um bairro periférico, de um município do interior de São Paulo, por acreditar que os índices de violências em locais mais vulneráveis são maiores.

A pesquisa terá a participação de três profissionais, duas professoras e a diretora da unidade escolar já citada. A instituição possui 57 professores, sendo 36 efetivos e 21 contratados. Esta escola pública oferece o ensino fundamental I, que atende um total de 282 alunos, e o ensino fundamental II, com 302 alunos. A equipe gestora é constituída por 5 profissionais e há 11 funcionários na unidade. Além disso, possui 18 estudantes no Atendimento Educacional Especializado, totalizando 602 alunos.

As professoras escolhidas para participarem da pesquisa de campo, ministram aulas no ensino fundamental I, ou seja, para crianças. Além disso, demonstraram abertura e interesse no tema apresentado, assim como a diretora da unidade escolar.

Tanto a pesquisa de campo, quanto o conteúdo do trabalho foi construído pensando no acesso à leitura e compreensão do tema por parte da população, pois essa adversidade e suas implicações devem ser de conhecimento da sociedade, visualizando a prevenção do risco na infância e um desenvolvimento saudável e protetivo às crianças.

No cenário atual em que estamos vivendo, com a inflação e a miséria em alta, se torna mais atenuante que situações como violência doméstica e abuso de drogas lícitas e ilícitas se propagam e permeiam ainda mais na vida das crianças, afetando integralmente diversas áreas de funcionamento. Por este motivo, é fundamental ampliar os estudos acerca da proteção integral às crianças, os órgãos necessários a serem acionados, políticas sociais de enfrentamento da violência doméstica,

compreender profundamente este fenômeno e todos os fatos sociais que agravam essa problemática.

4.2 Sistema de garantia de direitos e as políticas sociais no enfrentamento da violência doméstica

Para abordar as políticas sociais de enfrentamento da violência, é fundamental realizar uma retrospectiva histórica acerca dos avanços das mulheres em relação aos direitos, sendo resultado de lutas e movimentos. Em 1970, teve a aprovação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação da Mulher, que representou um marco, pelo fato de comprometer o Governo em relação a promoção e prevenção da violência.

Apenas na década de 90, que a violência doméstica é considerada um problema para a saúde pública e uma das expressões de desigualdade. Iniciaram-se debates a respeito da violação de direitos contra as mulheres, para que medidas, leis e direitos fossem alcançados.

Em 2004, o Ministério da Saúde iniciou campanhas abordando a violência e logo foi implantada uma Portaria sobre a notificação compulsória, sendo um grande marco para a sociedade, pois prevê as denúncias colocadas nos atendimentos de qualquer serviço na área da saúde.

A Lei 10.886/04, foi uma conquista importante, pois considera a agressão como um tipo específico de violência doméstica, aumentando o tempo da pena e dando mais visibilidade para as mulheres. Em 2006, a Lei Maria da Penha foi sancionada, na qual cria mecanismos para prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Ademais, esta Lei defende a equidade de gênero, dando ênfase às potencialidades femininas e impondo punições para os agressores.

“A violência contra a mulher é definida pela Lei Maria da Penha da seguinte forma: configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral e patrimonial” [...] (BRASIL, 2006, art. 5).

A Lei Maria da Penha foi fruto de um grande trabalho de movimentos que defendiam os direitos das mulheres e de feministas que compunham espaços e segmentos sociais, como as audiências públicas. Solicitaram uma legislação voltada para a garantia de direitos, até então não existente por leis.

Esta Lei foi um marco para o reconhecimento da violência doméstica como um problema social no Brasil, pois expressa as diversas formas de violência contra a mulher e familiar, contendo instrumentos estratégicos em relação a políticas públicas voltadas para a prevenção, proteção e atenção.

Após algumas Conferências que debatia a violência contra a mulher, criou-se o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, no qual estimula a parceria com convênios para obter recursos financeiros para a criação de serviços de atendimentos de mulheres vítimas de violência doméstica. O pacto também combate à exploração sexual da mulher e fortalece a rede de atendimento da Lei Maria da Penha.

A rede de atendimento às mulheres em situação de violência, ainda era muito precária em relação a quantidade e qualidade dos serviços ofertados. Além do mais, não havia articulação entre os mesmos para que houvesse a construção de uma rede acolhedora e efetiva.

Diante disso, a Secretaria de Políticas para Mulheres, representou um avanço significativo para a criação de serviços e políticas públicas, para o enfrentamento da violência doméstica, aperfeiçoando a legislação e ampliando o atendimento, para que não seja focado apenas em demandas imediatas, fortalecendo a rede de atendimento para as mulheres.

É necessário um atendimento especializado para esse tipo específico de violência, para que a intersetorialidade e a rede de enfrentamento sejam formalizadas e as políticas públicas implantadas, reforçando a atuação emergencial do Governo, perante o aumento dos índices de violência, pós-período pandêmico.

Em 2005, foi criada a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), pela Secretaria de Políticas para Mulheres, com o intuito de orientar aquelas que se encontram em situação de violência e pedem apoio para sair desse ambiente violento. A Central é de utilidade pública e também representa um progresso no âmbito social, pois pode ser acessado de forma gratuita por todas as mulheres e oferece orientações em relação aos direitos e serviços de atendimento existentes para essa situação.

A rede de enfrentamento contra a violência doméstica, que significa a articulação entre setores governamentais e a sociedade, visualiza quatro objetivos principais, sendo estes: combate, prevenção, assistência e garantia de direitos. Os

quatro eixos citados estão explicitados no conteúdo previsto na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Para que esse enfrentamento se efetive, é primordial que os serviços trabalhem de forma integrada e articulada. Ademais, os serviços da assistência precisam obter uma perspectiva intersetorial e trabalhar de acordo com as demandas da realidade local.

O Serviço Social age diretamente e está em constante contato com as expressões da questão social, pois são estes profissionais que trabalham com as tensões geradas pelas desigualdades e sendo resistência nesses espaços. Portanto, atuam na defesa das políticas de enfrentamento da violência e criam novas, que tenham como objetivo a erradicação da violência doméstica.

É nítido que profissionais que atuam diretamente com as políticas de enfrentamento a violência, não conseguem realizar seu trabalho na plenitude, pela falta de apoio, financiamento e sucateamento das Políticas Públicas destinadas à assistência social. Em contrapartida, apesar dos serviços especializados ainda serem escassos, levando em consideração a seriedade e a grandiosidade do fenômeno, a rede de enfrentamento foi construída em um curto tempo, baseada em uma política recentemente imposta, que ainda não foi consolidada totalmente.

É propício evidenciar que a violência não pode ser tratada como um ato isolado, mas sim um fenômeno enraizado em uma sociedade permeada de preconceitos e discriminações. Para enfrentá-la, é fundamental a criação e o apoio de políticas públicas efetivas que garantam a liberdade e a segurança das mulheres.

4.3 Pesquisa de campo, resultados e análises

A pesquisa foi realizada em uma escola pública do interior de São Paulo. A unidade escolar foi escolhida pelas autoras deste referido estudo, pelo fato de uma delas estagiar no mesmo município e refletir sobre o território e suas demandas. As professoras participantes são do Ensino Fundamental I, pois a pesquisa é focada no desenvolvimento escolar apenas de crianças, além de aceitarem contribuir com a pesquisa a partir de seus relatos sobre a temática. A Diretora da escola também participou e respondeu as perguntas elaboradas pelas pesquisadoras.

A equipe é formada majoritariamente por mulheres, as quais demonstraram maior interesse em apoiar o estudo. Assim como o Serviço Social e a Psicologia, a Pedagogia são áreas que carregam conceitos como cuidado, boa ação e caridade, por este motivo, homens são minoria nesses ambientes. Utilizamos nomes fictícios, pois a temática é um assunto que demanda cuidado, pelo fato de ser complexo e envolver outras áreas.

No que tange os desafios atuais presentes na educação, percebe-se a dificuldade de não considerar a violência como um fator isolado e olhar para a criança com uma visão atenta ao contexto que está inserida. Um dos exemplos de violência doméstica mencionada, foi o feminicídio colocado pelas professoras.

“Teve um caso em que o pai matou a mãe e no filho teve muito efeito, assim a escola inteira se mobilizou para acolher essa criança, porque era o primeiro ano dele aqui, na fase de alfabetização. A Diretora na época passou para todo mundo, não só para a professora que ele estava, mas para todos os professores, isso aconteceu e não lembro a quanto tempo, ele está aqui na escola ainda, mas já faz bastante tempo. A gente procurou acolher essa criança, mas não chegou tanto na gente, porque foi fora da escola. Foi uma criança que sofreu bastante e interferiu bastante na vida dela” (Maria).

Ao pensar no caso comentado, para chegar ao ponto de matar, provavelmente houve várias violências anteriormente, em que a criança, inserida nessa escola, estava presenciando e expressando alguns sinais que não foram identificados. A profissional, em conjunto com a pesquisadora, refletiram as consequências que essa criança enfrenta até os dias de hoje, perante o ocorrido, que influencia no desenvolvimento integral deste ser.

“Afeta muita coisa, porque se a criança não estiver com o psicológico legal, a aprendizagem dela vai estar comprometida. A criança precisa estar bem com ela mesma, com a cabeça legal para poder aprender. Não adianta uma criança estar com medo, estar assustada, a gente querer estimular a aprender se ela está desse jeito, então precisamos de uma criança com a cabeça boa para aprender. Então se a criança está passando por uma situação de violência, como ela vai conseguir se concentrar em uma sala de aula? É difícil, porque a todo momento aquela situação volta na cabeça dela, por mais que tente esquecer, aquilo está voltando e isso afeta muito na aprendizagem, muito mesmo. Porque ela com tudo isso, como que a gente vai fazer uma criança se concentrar? É complicado. A gente vê muitos relatos de crianças que eram alunos excelentes e acontece essas situações, as crianças se

bloqueiam, tudo que ela sabia é como se apagasse, ela retroage, ela começa assim, volta lá no zero, não sabe nada. Isso acontece muito” (Maria).

O caso também foi comentado pela Bernadete, a qual não conhecia a criança, mas identificou como violência doméstica.

“A gente identificou violência doméstica, eu não o conheço, sei do caso do menino, que teve a mãe assassinada pelo pai. Ele estava no primeiro ano e ele está na escola, mas foi um caso, é uma violência doméstica também” (Bernadete).

Já a Diretora, trouxe uma situação em que a mãe pediu ajuda aos profissionais da escola, explicando a situação violenta em que se encontrava. A unidade escolar acionou o órgão necessário para a atuação e acolhida da família.

“Sim, a escola já teve, de uma mãe, que veio nos pedir socorro e nós comunicamos na hora como conselho tutelar e o mesmo tirou a mãe daqui, da escola e levou para tomar as providências cabíveis” (Nathalie).

Nathalie, também indicou alguns impactos que a violência doméstica pode causar nas crianças que estão envolvidas nesse espaço e alguns comportamentos que as mesmas passam a ter quando estão em risco.

“O impacto é grande, porque a criança vem para a escola, fica muito triste, tem casos em que a criança tem depressão devido a toda essa violência em casa, elas choram, elas reclamam, elas sentem dor e a gente quando vai investigar, perguntar o que está acontecendo, é todo esse problema, sentem até medo de voltar, às vezes, para casa, porque não sabem como vai estar lá. E muitas também não vem, no sentido de estar protegendo a mãe dentro de casa” (Nathalie).

A professora Bernadete relatou reações que as crianças podem ter, ao estarem impactadas com as violências que vivenciam no cotidiano, encontrando-se “perdidas” em relação a isso.

“Eu percebo que fica muito impactado, a criança tem, às vezes, traumas. Eu não posso falar muito, porque eu não tenho na minha sala, mas a gente vê que a criança não tem um rendimento igual, porque ela tem uma limitação, às vezes não consegue se relacionar com as outras crianças, a própria interação dela com a professora fica prejudicada, porque o professor para ela pode lembrar aquele agente da violência, então às vezes ela agride o professor, porque ela tem aquela visão do agressor que tem casa” (Bernadete).

Logo em seguida, refletiu-se a inserção de Assistentes Sociais e Psicólogos (as) nas escolas, pois algumas demandas a pedagogia não possui preparo e propriedade para aprofundar e realizar um trabalho efetivo, por não ser a função e o papel destes profissionais. Maria refletiu a importância do trabalho em conjunto nesse ambiente, levando em consideração o desenvolvimento das crianças e a interação das famílias com a escola.

“Tanto da assistente social, quanto da psicóloga, porque a cabecinha, ainda mais na fase de alfabetizar a criança e o psicológico dela acaba abalando muito e interfere muito na aprendizagem também.. Por mais que o professor tente lidar com tudo isso, tem várias coisas que acontecem com a criança, que a gente não consegue acessar, para a gente ainda é meio difícil acessar, conversamos, tentamos tirar o máximo possível e ajudar, mas é difícil. O psicólogo tem o jeitinho de chegar naquilo mais profundo e tentar resgatar isso, a gente tenta resgatar de tudo quanto é forma, mas é complicado, lidar com a família. O assistente social na escola poderia estar lidando melhor, porque tem muitas coisas, poderia estar fazendo uma interação com o professor e a família, porque muitas vezes acontece as coisas e a família fica meio receosa de passar tudo para a gente. O assistente social vai conseguir tirar isso para nós, para poder trabalhar melhor. E o psicólogo também, poderia estar orientando não só a criança, mas até a gente mesmo, professores de como lidar com essa criança, porque de repente estamos nessa situação, a gente começa dar afeto demais e pode prejudicar ou podemos ficar meio isento, também pode prejudicar. Esses profissionais seriam essenciais estarem na escola nesse momento” (Maria).

A gama da educação encontra-se maior que a equipe da Assistência, a qual não consegue um atendimento qualificado para todos (as/es) aqueles que precisam, pela insuficiência de profissionais. Por este motivo, é necessário a inserção do Serviço Social e da Psicologia na rede de ensino, para que acolham as crianças e suas famílias, oferecendo um trabalho interdisciplinar envolvendo toda a equipe profissional da escola. Entretanto, Bernadete coloca o serviço da assistência e da psicologia ainda distante das demandas escolares.

“Eu penso que deveria estar bem presente dentro da escola, tanto o serviço social quanto a psicologia. Deveria ter uma parceria e eles poder estar dentro da escola, ter uma interação com eles. Eu ainda não vi essa interação, é bem distante da escola, tanto o serviço social quanto o psicólogo, a gente não tem muito contato, as vezes é só por, mandar um

encaminhamento, mandar um relatório do aluno. Estar com eles, a gente nunca está” (Bernadete).

Nathalie também expressou sua opinião sobre os serviços diante da interação com profissionais da área da educação.

“Minha opinião, esse serviço é razoável, porque nem sempre a gente consegue aquele pronto atendimento da área psicológica, tanto para o aluno que está correndo risco, como para a mãe que pede um socorro na escola” (Natahlie).

Uma das autoras do trabalho, acredita ser necessário analisar as respostas anteriores, pois cumpre o estágio supervisionado no CRAS- Centro de Referência de Assistência Social do mesmo município que foi realizada a pesquisa de campo. Ao refletir as falas sobre o retorno da Assistência, verificou na planilha de casos, que desde 2015, o serviço não recebe encaminhamento desta escola. Acredita-se que há necessidade de entendimento sobre o funcionamento da Assistência e um trabalho em conjunto de ambas as partes, visando a prevenção de riscos e a integridade da criança.

A Diretora também compartilhou do mesmo argumento, no qual se refere ao retorno que não recebem ao encaminhar famílias para outros serviços e a articulação entre os(as) atuantes, possuindo mais contato com as demandas das crianças, que envolvem o contexto familiar, com o (a) professor (a) da família.

“Sim, esse atendimento que é feito fora da escola, com a assistente social ou com a psicóloga, eles não dão o feedback para a gente. Quando a criança está muito vulnerável, aí é que se faz uma reunião, só com o relato. A situação final, se houve ali, questões, algumas atitudes tomadas, eles não dão esse retorno. A área do CRAS, do CREAS, esse retorno para a escola eles não dão. Agora aqui dentro da escola, nós temos o professor da família, que dá o contato nosso aqui, é mais com as crianças, a gente está conversando e encaminhando e com as mães, quando elas vêm, já é uma situação bem difícil, pois vem e pedem socorro e a gente faz o encaminhamento. Agora o feedback a gente não tem. Agregar e melhorar é bem vindo, mas a gente está aguardando tudo isso, eu acho que vai ser um trabalho bem vindo, que vai ser em conjunto. Que seja bem vindo esse trabalho, mas a minha expectativa é no sentido mesmo de estar ajudando, mas quando será inserido nas escolas, o (a) assistente social e o (a) psicólogo, nós não sabemos, não temos nem previsão” (Nathalie).

Maria apresentou sua opinião acerca do trabalho de uma equipe interdisciplinar nesse espaço e o que ocorre atualmente, com sucateamento das

políticas públicas, onde há uma sobrecarga pelas altas demandas e poucos profissionais na área.

“O (a) assistente social e o (a) psicólogo tinham que trabalhar em conjunto, sempre, por isso que seria essencial, ter eles, aqui, dentro da escola. É a integridade da criança, é o psicológico dela, é o físico, é o mental, a gente tem que ver tudo isso e não adianta eu querer trabalhar sozinha, se a criança está passando por essa situação, eu tenho que ter a minha parte ensinando, tem que ter a parte do (a) assistente social para estar ajudando a gente com a família, orientar a família, trazê-los para perto da gente, estar trabalhando o lado do psicológico, tanto dela como da família, como até mesmo do professor, para lidar melhor com isso. Então esse trabalho teria que ser interdisciplinar, juntos. Infelizmente, não estamos com esse amparo, a gente não está contando com esses profissionais na escola, a gente conta com alguns, igual do CRAS, da saúde, mas é fácil o acesso? Não. Ainda a demanda é grande para poucos profissionais, precisamos de mais profissionais envolvidos com a gente. Se vamos na rede pública de saúde, não encontramos profissionais da saúde de imediato, para criança deveria ter uma demanda maior, aí não temos isso. Então tínhamos que caminhar para uma política, que envolvesse mais as pessoas, que trouxesse mais profissionais para trabalhar com a gente e isso ainda não tem” (Maria).

É válido ressaltar, a importância da educação continuada, pois os debates se atualizam, a forma de lidar com certas demandas também alteram e profissionais precisam estar atentos a essas mudanças e com interesse na busca por conhecimento, para que o trabalho seja efetivo, com qualidade e não cometam mais um tipo de violência (institucional) com a pessoa que precisa de uma escuta qualificada.

A professora Bernadete indicou um problema que ocorre quando há encaminhamentos, mas, em contrapartida, há uma demora nos agendamentos e atendimentos necessários, em que a família abandona e não tem mais o interesse no serviço.

“Eu vejo que esse trabalho deveria ser mais insistente, com atendimentos semanais, como que fala? Fosse mais preciso, mais presente, é isso... Porque às vezes a gente vê, tem um agendamento, depois demora meses. Então eu acho que demora e se perde o tratamento, às vezes a família abandona. Eu penso que não é um trabalho bem firme, não sei se é essa palavra” (Bernadete).

Após um contexto pandêmico, os problemas sociais se intensificaram e as mulheres ficaram mais propícias a sofrerem violência, por terem mais contato com agressores. Portanto, a rede do município tem o dever de trazer esses debates para profissionais atuantes nos serviços e de realizar projetos, oficinas e encontros que trazem temas que agreguem no cotidiano dos indivíduos.

O trabalho com qualidade visando o desenvolvimento escolar saudável das crianças, precisa ser realizado pela equipe toda da escola, pois é o local em que as crianças passam a maior parte do tempo. É visível que a ausência da reflexão sobre a violência doméstica, o contexto da criança fora da escola e suas consequências para o desenvolvimento escolar, é reflexo da falta de amparo governamental, do sucateamento da educação pública, de atualização nas capacitações e do retrocesso em relação aos direitos sociais conquistados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto de pesquisa trabalhado neste estudo precisaria ser discutido em espaços acadêmicos, de capacitações e no cotidiano de profissionais que estão à frente desse fenômeno, que é a violência doméstica. Mas, também é necessário olhar além do que está posto, pois esse fato pode causar danos não só para as mulheres que sofrem a violência diretamente, mas também, para as crianças que estão inseridas nesse ambiente violento, tendo a saúde, a vida e o aprendizado prejudicados pelo risco diário que enfrentam.

Os objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso foram alcançados, a partir do momento de que os aspectos que intensificam a violência, o contexto capitalista e as variáveis que influenciam o desenvolvimento integral da criança foram refletidos, através de pontos que formam a sociedade brasileira, sendo estes: machismo, preconceito, violência contra a mulher, patriarcado, misoginia, entre outros. Além disso, a pesquisa de campo realizada pelas autoras do trabalho confirmou o distanciamento do debate sobre o contexto das crianças fora do ambiente escolar e a necessidade da inserção do Serviço Social nesse espaço.

O trabalho em si abordou a questão da violência em uma sociedade que vive em um contexto capitalista e neoliberal, que intensifica as relações violentas, pois impõe um modelo precário e de exploração, onde a classe trabalhadora está envolvida e precisa ceder a essas relações para sobreviver. Indivíduos que fazem parte de qualquer tipo de classe podem sofrer esse tipo de violência, mas são as famílias vulneráveis e negras que estão mais propícias a ter essa questão presente no cotidiano.

Debater um sistema que visualiza a mais-valia, a exploração dos seres humanos, a competitividade e a lucratividade, é compreender as relações precárias de trabalho e a terceirização que a sociedade está enfrentando atualmente. Esse fato influencia totalmente no dia a dia das famílias, que precisam aceitar todas as imposições de um atual Governo fascista, para sobreviver.

A violência doméstica é um dos fenômenos que se intensifica diante dessa realidade difícil que as famílias estão impostas, pois é também uma expressão da questão social, sendo caracterizado pelo patriarcado, machismo, poder, misoginia e a ideia de que o corpo da mulher é um instrumento de usufruto dos homens. O

patriarcado naturaliza a submissão das mulheres aos homens e os estupros que acontecem, muitas vezes, dentro dos matrimônios.

Na maioria dos casos, as famílias que possuem em seu contexto a violência, têm filhos (as), que também acabam se envolvendo nesse ambiente violento e tendo consequências psicológicas e físicas em várias esferas da vida, prejudicando até o seu desenvolvimento escolar. A criança começa a pensar e se preocupar com o risco que está enfrentando, tentando encontrar soluções para romper os conflitos e agressões, além de se culpar e acreditar que seja o motivo para todas as violências.

Ainda que, as crianças que vivem em famílias com violência doméstica, têm suas habilidades cognitivas reduzidas e o processo de aprendizagem é prejudicado, desencadeando também problemas futuros em relações pessoais em diversas esferas da vida.

Para que essas situações sejam detectadas, a rede de ensino precisa estar articulada e pensar na integridade física e emocional das crianças matriculadas, levando em consideração os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e outras instâncias, assim como, o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA. Por estes motivos, é importante que a equipe escolar esteja em constante formação, pois precisam estar preparados para tomar as medidas necessárias.

Observa-se as mudanças políticas, sociais e econômicas na sociedade, mas a violência é um fenômeno que apesar do contexto alterar, é um fato que não há muitas modificações, pois deixa marcas severas que atingem o desenvolvimento social e psicológico das crianças. A falta de discussões sobre essa temática nos espaços escolares, nas universidades e nas capacitações, contribui para o silenciamento e a invisibilidade desse problema social que afeta a vida de tantas crianças.

Após as reflexões, conclui-se que o trabalho em rede é crucial para as políticas sociais públicas serem efetivas para o enfrentamento da violência doméstica e proteção integral das crianças, pois é uma forma de repensar situações em equipe, compartilhar estratégias e mobilizar os serviços. É necessário a responsabilização das escolas, como instituições atuantes na Rede de Proteção de Direitos da Criança e do Adolescente, com o apoio de profissionais que possuem propriedade no trabalho com famílias, assim como, Assistentes Sociais e Psicólogos

(as), pois esta articulação permite compartilhar novas estratégias e projetos, com objetivos em comuns, como a defesa dos direitos e o bem-estar das crianças.

REFERÊNCIAS

- ASBAHR, Fernando R.. **Transtornos ansiosos na infância e adolescência: aspectos clínicos e neurobiológicos**. São Paulo: Jornal de Pediatria, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/pqwnF9Bd83TVpKVYWNDwY4C/?lang=pt>. Acesso em: 11 dez. 2022.
- BARROS, Amailson Sandro de; FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. **Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes: Consequências e Estratégias de Prevenção com Pais Agressores**. Porto Alegre: Pensando Fam., 2015.
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **A Estabilidade Inaceitável: desigualdade e pobreza no brasil**. Rio de Janeiro: Ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2003>. Acesso em: 11 dez. 2022.
- BARROSO, Milena Fernandes. **Violência estrutural: Mediações entre “o matar e o morrer por conta”**. Florianópolis: R. Katál, 2021. 2 p.
- BRANCO, Rodrigo Castelo. **A "questão social" na origem do capitalismo: pauperismo e luta operária na teoria social de marx e engels**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/historia/dissertacao/rodrigo_castelo.pdf. Acesso em: 11 dez. 2022.
- BRASIL. Decreto-Lei Nº 8.069. de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [Da] República do Brasil**, Brasília. 1990.
- BRITO, Joana Christina de Souza. **A saúde mental das mulheres em situação de violência doméstica**. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 2020. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/3954#preview-link0>. Acesso em: 11 dez. 2022.
- BORKOVSKI, Andréia; ROTTA, Edemar; ROSSINI, Neusa. Políticas Públicas Sociais e Desenvolvimento: **Tecendo Relações**. Cerro Largo, 2017. p 1.
- CAMPELO, LanyLeide de Castro Rocha et al. **Efeitos do consumo de drogas parental no desenvolvimento e saúde mental da criança: revisão integrativa**. SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. port.), Ribeirão Preto, v. 14, n. 4, p. 245-256, dez. 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762018000400008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 mar. 2022.
- CASTANHA, André Paulo. **O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira**. [S. L.]: Revista Brasileira de História da Educação, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38639>. Acesso em: 11 dez. 2022.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia**. Rio de Janeiro: Crítica y Emancipación, 2008. p 8.

CHIOQUETTA, Rafaela Dott. Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes: o berço do crime. [S. L.]: **Revista do Laboratório de Estudos da Violência** da Unesp/Marília, 2014. p. 4.

CIFALI, Ana Claudia *et al.* **Dossiê Infância e COVID-19**: os impactos da gestão da pandemia sobre crianças e adolescentes. [S. l.]: Alana, [2021].

COSTA, A. L.; TEIXEIRA, K. M. D. O comportamento dos alunos na escola e sua relação com a violência doméstica na percepção dos educadores. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, Viçosa, v. 28, n. 1, p. 22–42, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/3731>. Acesso em: 30 mar. 2022.

DUARTE, Débora da Silva; PAULINO, Pedrita Reis Vargas. O Machismo e sua Influência nas Crenças Centrais Femininas. Juiz de Fora: **Cadernos de Psicologia**, 2020. 2 p.

EURICO, Marcia Campos. **Tecendo tramas acerca de uma infância sem racismo**. Rio de Janeiro: Revista em Pauta, 2020. p. 11. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/47214/31980>. Acesso em: 21 nov. 2022.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da Propriedade Privada e do Estado**. [S. L.]: Bestbolso, 2014.

FARAGE, Eblin; HELFREICH, Francine. **Serviço social, favelas e educação popular**: diálogos necessários em tempos de crise do capital. Uberlândia: Navegando, 2020.

FÁVERO, Eunice Teresinha *et al.* **Famílias na Cena Contemporânea**: (des) proteção social, desigualdades e judicialização. Uberlândia: Navegando, 2020.
FÁVERO, Eunice T. Infância e Juventudes: proteção de direitos e violações. São Paulo: Educ, 2021.

GRUPO TEMÁTICO DE PESQUISA DA ABEPSS SERVIÇO SOCIAL, GERAÇÃO E CLASSES SOCIAIS; SCHERER, G. A.; CALIARI, H. F.; VALE, J. B.; EURICO, M. C.; SOARES, N.; TEIXEIRA, S. **CRISE E QUESTÃO SOCIAL: REBATIMENTOS PARA INFÂNCIAS, ADOLESCÊNCIAS, JUVENTUDES E ENVELHECIMENTOS**. *Temporalis*, [S. l.], v. 21, n. 42, p. 320–334, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37234>. Acesso em: 3 nov. 2022.
GOMES, Ana Lígia *et al.* **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004. p 42.

HENKLAN, Marcelo Henrique de Oliveira; CARMO, João dos Santos. **Contribuições da análise do comportamento à educação**: um convite ao diálogo. [S. L.]:

Cadernos de Pesquisa, 2013. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cp/a/bT6y5JYHDTJP79pmKhgbsSq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 dez. 2022.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: Ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001. 20 p.

LUKÁCS, Gyorgy. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. COUTINHO, Carlos Nelson; NETTO, José Paulo (Org.). 2.ed., Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

MACÊDO, Dayana Valério Coimbra de. Algumas considerações sobre o trabalho e sua precarização no contexto capitalista. Rio de Janeiro: **Revista em Pauta**, 2018. 240 p 240 -255).

MACEDO JÚNIOR, Adriano Menino de. **Covid-19**: calamidade pública. [S. L.]: Centro Universitário Natalense, 2020. Disponível em:
<http://www.cognitionis.inf.br/index.php/medicus/article/view/CBPC2674-6484.2020.001.0001/24>. Acesso em: 12 dez. 2022.

MACIEL, Saidy Karolin. **Repercussões psicológicas em crianças vítimas de violência familiar**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103363/307594.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 dez. 2022

MARTINS, Edna; SZYMANSKI, Heloisa. **A abordagem ecológica de UrieBronfenbrenner em estudos com famílias**. Rio de Janeiro: Estud. Pesqui. Psicol., 2004. p. 7.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência contra Crianças e Adolescentes**: questão social, questão de saúde. Recife: Rev. Bras. Saúde Matern. Infant., 2001.
 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil. UNESCO. Brasília. 2009. p. 72. Disponível em:
https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gestao_protecaosocial.pdf. Acesso em: 14 out 2022.

MIRALES, Rosana. **O processo mundial de acumulação e suas crises**. Cuiabá: Revista Direitos, Trabalho e Política Social, 2021. Disponível em:
<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/11543>. Acesso em: 11 dez. 2022.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento**. São Paulo: Revista Serviço Social & Sociedade, 2012. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MXPc4rLkBSzfzQGv5DQgWsh/?lang=pt>. Acesso em: 11 dez. 2022.

MORAES, Marci Mara Taborda Rocha de; FERREIRA, Tatiane Vieira; Pai usuário de drogas e o desempenho escolar do seu filho. **Revista Terra & Cultura**: Cadernos de

Ensino e Pesquisa, [S.l.], v. 30, n. 59, p. 73-82, jul. 2018. ISSN 2596-2809.
Disponível em: <http://periodicos.unifil.br/index.php/Revistatestes/article/view/150>.
Acesso em: 30 mar. 2022.

MOURA, Manuela Menezes de Almeida. **Significações e Ressignificações de violência doméstica ao longo da vida**: as narrativas de adultos vitimados na infância ou na adolescência. Salvador: Universidade Federal da Bahia Ufba, 2015. Disponível em: https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/manuela_moura.pdf. Acesso em: 11 dez. 2022.

NETTO, José Paulo. **“Marx em Paris”** In: PAULO NETTO, J. (Org.). Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844. São Paulo: Expressão Popular, 2015, v. 1, pgs. 9-178

O’NEILL, De Irdre. **Mais a Temer do que Esperar: educação radical e classe trabalhadora**. Porto Alegre: Educação & Realidade, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/cQHrVDQ3HvTJXZ3MnXYXM5k/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 dez. 2022.

PERURENA, Fátima C. V. *et al.* **Patriarcado, heteronormatividade e misoginia em debate: pontos e contrapontos para o combate à homofobia nas escolas**. [S. L.]: Latitude, 2013. p. 2.

PIMENTA, Juliana Carla Fleiria. **A desconfiguração do trabalho e da educação e a contribuição da Filosofia**. Marília: 4 Encontro de Pesquisa na Graduação em Filosofia da Unesp, 2009. p 6.

REICHENHEIM, Michael E.; HASSELMANN, Maria Helena; MORAES, Claudia Leite. **Consequências da Violência familiar na saúde da criança e do adolescente**: contribuições para a elaboração de proposta de ação. 4. ed. [S.l.]: Ciência & Saúde Coletiva, 1999.

RIBEIRO, Elem Cristina Holanda; SANTOS, Nizelda Pereira dos; RIBEIRO, Suelen de Holanda. **A Desigualdade de Gêneros nas Séries Iniciais**. Palmas: Revista Humanidades e Inovações, 2022. p. 3.

RIBEIRO, Marisa Marques. **Violência doméstica contra a criança e o adolescente**: a realidade velada e desvelada no ambiente escolar. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2003. Disponível em: <https://docplayer.com.br/26178185-Marisa-marques-ribeiro-violencia-domestica-contra-a-crianca-e-o-adolescente-a-realidade-velada-e-desvelada-no-ambiente-escolar.html>. Acesso em: 21 nov. 2022

RODRIGUES, Luciana Santos; CHALHUB, Anderson Almeida. **Contextos Familiares Violentos**: Da Vivência de Filho à Experiência de Pai. Porto Alegre: Pensando Famílias, 2014. p. 5-7.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 1999. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/spp/a/qKKQXTJ3kQm3D5QMTY5PQqw/?lang=pt>. Acesso em: 11 dez. 2022.

SAGIM, Mírian Botelho. **Violência doméstica observada e vivenciada por crianças e adolescentes no ambiente familiar**. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2008. p 80.

SANTOS, Agnaldo dos. **Privatização, terceirização e parceria nos serviços públicos**: conceitos e tendências. São Paulo: Revista Pólis, 2009. p 1.

SANTOS, Amanda da Silva; NASCIMENTO, Mariane Vieira do. **Governo Bolsonaro e seus reflexos na Política Nacional de Enfrentamento à violência contra as mulheres**. Foz do Iguaçu: Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (Ilaesp), 2021. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/6316/MONOGRAFIA%20-%20AMANDA%20E%20MARIANE%20%28VERS%c3%83O%20FINAL%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 dez. 2022.

SAÚDE, Ministério da. **Álcool e outras drogas**: adolescentes e jovens para a educação entre pares. Brasília: Saúde e Prevenção nas Escolas, 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/alcool_outras_drogas.pdf. Acesso em: 11 dez. 2022.

SENOTIER, Danièle *et al.* **Dicionário Crítico do Feminismo**. Rio de Janeiro: Fundação Editora da Unesp, 2009. p. 170.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **(Des) estruturação do trabalho e condições para a universalização da Previdência Social no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília - Unb, 2011. p 35.

SOUZA, Joseane de. **Filhos de Alcoolistas**: afetividade e conflitos nas relações familiares. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde-29042008-104407/en.php>. Acesso em: 11 dez. 2022.

ZILBERMAN, Monica L; BLUME, Sheila B. **Violência doméstica, abuso de álcool e substâncias psicoativas**. São Paulo: RevBras Psiquiatr., 2005.

APÊNDICE A- Questionário

Formação Profissional:

Atuante de qual segmento:

- 1) A escola já teve alguma situação de violência doméstica e como agiu?

- 2) Qual a sua opinião sobre o trabalho com profissionais de Serviço Social e da Psicologia na escola e no enfrentamento da violência doméstica?
- 3) Quais os impactos da violência física doméstica no aprendizado escolar das crianças?
- 4) Como vê o trabalho dos profissionais da educação com uma equipe especializada no desenvolvimento das crianças vítimas de violência e seus familiares para a integridade destes “pequenos”?

ANEXO A – Parecer consubstanciado do CEP

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O desenvolvimento escolar de crianças que vivem em famílias vítimas de violência doméstica

Pesquisador: Maria Cristina Piana

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 61413222.2.0000.5408

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.661.204

Apresentação do Projeto:

O projeto foi apresentado de forma clara e concisa. Todos os elementos necessários para a compreensão da pesquisa, notadamente sobre como se dará a pesquisa de campo, estão presentes.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo principal da pesquisa foi explicitado de forma clara e direta.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os potenciais riscos foram suficientemente apontados. Os benefícios foram bem salientados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Como toda pesquisa bem fundamentada, a presente é relevante e apresenta de forma clara como se dará o contato com os participantes da pesquisa, ao todo 03 indivíduos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória para este projeto foram corretamente preenchidos e inseridos, a saber: Informações Básicas do Projeto, Folha de Rosto, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorização da entidade onde se pretende realizar a pesquisa de campo, arquivo com o projeto original completo, questionário semiestruturado de perguntas a serem feitas aos participantes da pesquisa (inserido no projeto original completo).

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900 bloco I sala 16
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br

**UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA**



Continuação do Parecer: 5.661.204

Recomendações:

Não há recomendações a serem feitas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conclui-se pela APROVAÇÃO do presente projeto de pesquisa. Não há pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

O coordenador aprova "ad referendum" do colegiado o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1981115.pdf	10/08/2022 10:32:06		Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_proj.pdf	10/08/2022 10:31:34	MARIANA APARECIDA ZUCHI ORASMO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcl_projeto.pdf	10/08/2022 09:12:59	MARIANA APARECIDA ZUCHI ORASMO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_Projet.pdf	26/07/2022 10:47:53	MARIANA APARECIDA ZUCHI ORASMO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Pesquisa.docx	26/07/2022 10:39:41	MARIANA APARECIDA ZUCHI ORASMO	Aceito
Cronograma	Cronograma_Atualizado.xlsx	26/07/2022 10:39:26	MARIANA APARECIDA ZUCHI ORASMO	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	25/07/2022 12:04:41	MARIANA APARECIDA ZUCHI ORASMO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900 bloco I sala 16
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



Continuação do Parecer: 5.661.204

FRANCA, 23 de Setembro de 2022

Assinado por:
Marcos Alves de Souza
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900 bloco I sala 16
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br